



Editorial

Os jornais da semana passada dedicaram cadernos especiais discutindo o golpe militar de 1964. Uma superabundância de depoimentos, de análises e reflexões sobre este evento-chave na história brasileira do século XX. O **IHU On-Line**, nesta e na próxima semana quer contribuir com este debate, pois acreditamos que se trata de um momento importante “para passar a limpo o Brasil”, como afirma Luiz Werneck Viana em

entrevista que nos concedeu. Trata-se de um momento de refletir e analisar o tipo de sociedade que foi criada ao longo do processo de modernização autoritária e de projetar o Brasil que queremos construir.

Abrimos este boletim dando a palavra à nossa ex-colega, cidadã de São Leopoldo, Sônia Haas. Num depoimento pungente, em plena semana da paixão, ela narra o sofrimento de toda uma família que sofreu no próprio corpo os anos de chumbo da ditadura militar. Até hoje, como na Paixão de Mateus de J. S. Bach, a família Haas procura o corpo de João Carlos perguntando: “Wen? Was? Wohin?” (Quem? O quê? Para onde?).

Esse depoimento é a chave de leitura do restante do boletim. Depois dele a leitura das análises do cientista social, presidente da Anpocs, Luiz Werneck Vianna, do historiador Marco Antônio Villa, da UFScar, e do antropólogo social Celso de Castro, pesquisador do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, que nos concederam entrevistas exclusivas, têm um outro sentido. Essas análises são completadas pela reprodução da entrevista de Almino Afonso, que foi ministro do governo Jango e líder do PTB na Câmara Federal. Longa, a entrevista faz um contraponto interessante com as análises de historiadores e cientistas sociais.

*Também hoje, às 17h, na Galeria Cultural da Biblioteca da Unisinos, inauguramos o **Humanitas Arte** com a exposição do artista plástico Leandro Selister que apresentará*

um livro de artista com imagens de vídeo e citações de textos denominado **Consciência**, tratando do tema dos 40 anos da ditadura militar e das torturas políticas. Na abertura, às 17h, haverá um depoimento da psiquiatra Vera Lúcia Stringuini, que foi presa política em 1970. A leitura da entrevista de Leandro Selister nesse número é imprescindível para quem se interessa por arte, e arte feita por gente nossa.

A leitura desse boletim, nesta semana da paixão, nos leva a celebrar a paixão de todos, homens e mulheres, que lutaram e lutam por um Brasil digno, justo, equânime, plural, democrático onde caibam todos.

Uma excelente Páscoa para todos!

BERLINDA NA LUA CHEIA

JOÃO CARLOS HAAS E A GUERRILHA DO ARAGUAIA

Entrevista com Sônia Haas

Última entre os sete irmãos da família Haas, Sônia Maria, publicitária, ex-professora das Ciências da Comunicação da Unisinos, e ex-diretora de Comunicação Social e Marketing da Universidade, dedicou muitos anos de sua vida a uma busca que parece estar próxima do fim. Sônia tinha sete anos, quando seu irmão João Carlos Haas Sobrinho saiu de casa e foi para São Paulo. Em 1964, João Carlos formou-se em Medicina pela UFRGS e, aos 24 anos, continuou os estudos, fazendo uma especialização no Hospital de Clínicas.

Em 1980, Sônia tomou a iniciativa de buscar os restos mortais de seu irmão. Ele teria sido morto na guerrilha do Araguaia, região localizada no atual estado de Tocantins, onde o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) organizou um foco guerrilheiro, nos anos 1970. É o que ela vem fazendo desde então, ajudada pela Comissão de familiares de Mortos e Desaparecidos, pelo movimento "Tortura Nunca Mais" e pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos, organizações apoiadas pela Anistia Internacional e pela Comissão Nacional de Justiça e Paz, vinculada à CNBB. Os restos mortais dos guerrilheiros continuam desaparecidos. Em 1996, uma das ossadas foi encontrada, sendo preliminarmente apontada como pertencente a João Carlos Haas. De acordo com notícias recentes (ver **IHU On-Line Diário**, Notícias Destacadas em 03-03-04) sobre o episódio, é iminente a localização de alguns corpos de guerrilheiros.

Sônia relata toda essa história em entrevista a **IHU On-Line** por telefone, falando de Cacha Pregos, um vilarejo de pescadores, na Ilha de Itaparica, na Bahia, lugar onde reside atualmente.

IHU On-Line – Já foi confirmada a informação de que o corpo encontrado em 1996 é realmente o de João Carlos Haas Sobrinho?

Sônia Haas – Não. Trouxemos uma ossada em 1996, levamos para Brasília e lá ela ficou todos esses anos, sendo submetida a exames, mas não havia tecnologia, não havia um método... Era difícil de fazer. Faz três meses que o secretário nacional de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, levou os restos mortais para a Argentina, para peritos de antropologia forense mais equipados e experientes. Lá estão tentando fazer a identificação, através de um exame feito a partir dos sangues da minha mãe, retirado quando estava viva, meu e da minha irmã. Hoje me pediram que obtivesse o sangue do meu irmão mais velho, porque eles não estão conseguindo fazer a amostragem, que é muito difícil, pois a ossada está muito contaminada com bactérias. Então eles querem tentar com um homem. Talvez, nessa semana, eu consiga enviar esse sangue para a Argentina. Será a última tentativa. Se eles não conseguirem identificar, vou ter que me reunir com eles e ver se vamos fazer com a perícia de antropologia forense propriamente dita, considerando a da medida de ossos, o histórico... Ele tinha um tiro na perna, essa ossada tem um tiro na perna bem na altura que ele também tinha. Há coincidências. Se acharmos que vamos reconhecer o corpo através disso, se houver uma opinião do antropólogo

argentino, Luis Fondebrider, o mesmo que reconheceu a ossada do Che Guevara, que podemos reconhecer essa ossada mesmo sem DNA, aí vamos reconhecer. É uma coisa mais subjetiva. Logo vamos resolver essa questão, se Deus quiser.

IHU On-Line – Qual era a percepção que a família tinha do que estava acontecendo a partir de 1964?

Sônia Haas – Nós morávamos em São Leopoldo, que não era um foco político de esquerda. O João Carlos estudava em Porto Alegre, na Faculdade de Medicina. Ele já era presidente do Centro Acadêmico, ele já tinha sido vice-presidente da Federação dos Estudantes. São Leopoldo não tinha esse clima. Nós não vivemos essa tensão pré-golpe. Se vivemos, foi muito de longe. Meu pai foi sapateiro, depois virou empresário, mas foi um homem muito humilde, discreto. Minha mãe também. Nós não tínhamos envolvimento político. Só quando João Carlos foi preso em 1964, antes de se formar, meus pais se deram conta de que ele estava envolvido numa coisa muito séria. Ele não tinha falado nada em casa. Minha irmã estava cursando Filosofia na UFRGS e ali soube que ele tinha sido preso e trouxe a notícia para a família. Na época, não estava ligado ao PCdoB. Foi preso porque era presidente do Centro Acadêmico. Mais tarde ele deve ter se filiado ao PCdoB e foi embora sem falar para meus pais que seguiria essa opção política. As cartas não falavam. Meu pai começou a procurar depois de 1968, e já imaginou que, se ele estava envolvido em política estudantil, seguira esse caminho. Mas nunca se tinha certeza do paradeiro dele. E assim foram muitos anos até sabermos, pela imprensa, em 1979, que tinha falecido e que tinha participado da guerrilha do Araguaia. Mas já tinham se passado sete anos de sua morte.

IHU On-Line- Na época, São Leopoldo não tinha muitas fontes de informação da realidade do País?

Sônia Haas- Nesse tempo, não existia internet, as linhas telefônicas eram caríssimas, não tínhamos o Trensurb [empresa operadora do metrô de superfície que liga Porto Alegre à região metropolitana] para Porto Alegre, que era “a capital”. Aí já se corta a metade das informações que hoje se tem. Os jornais de grande circulação no País não chegavam ao interior. Mesmo em Porto Alegre, para conseguir uma Folha de S. Paulo, um Estadão, O Globo, era uma dificuldade. Além disso, o Exército, já na pressão pós-golpe, começou a trancar as distribuições dos jornais. Começou a fazer censura, a fazer controle da mídia. As rádios não podiam falar nada, televisão nem se fala... Era só bobagem. Não sabíamos o que estava acontecendo no País. Isso foi por muitos anos, até o final de 1979. Pessoas como nós, que vivíamos em São Leopoldo, que tínhamos acesso limitado às informações, que não conhecíamos militantes de partidos políticos, não conhecíamos ninguém do PCdoB, ficávamos isoladas. Não tínhamos como conversar com essas pessoas, elas se escondiam, tinham medo. Era um cenário em que se ignorava o que estava acontecendo ali na esquina. As pessoas poderiam estar morrendo, sendo torturadas na delegacia da cidade, e ninguém sabia. Isso aconteceu conosco. Meu pai procurou meu irmão pelo Uruguai, porque achou que ele estivesse com Brizola, procurou-o pela Argentina, até mais longe, em vários países, porque algumas pessoas diziam saber onde ele estava por algum dinheiro, especulavam... Nada teve sucesso. Fomos nos aquietando com aquela dor, aquela angústia... Existia um silêncio lá em casa em relação a esse assunto, porque era uma dor tão grande e sem explicação, que estávamos esperando o que ia acontecer. Pensávamos que um dia iríamos encontrá-lo vivo. Eu tinha sempre esse sonho. Quando ficamos sabendo ele já tinha falecido há sete anos... Foi uma falta de dignidade, de justiça, do governo, o modo como comunicou à família. Poderia, pelo menos, ter dito: “Matamos essas pessoas, porque estavam fazendo um movimento contra o nosso governo”. Isso qualquer lei

internacional de guerra determina, que haja divulgação dos mortos. O Brasil não cumpriu isso, até hoje estamos esperando essa localização de corpos.

IHU On-Line- Pelos depoimentos dos colegas, João Carlos exerceu uma liderança forte tanto no movimento estudantil quanto na guerrilha do Araguaia?

Sônia Haas- Existia uma efervescência de pessoas pensantes, de líderes, de pessoas inteligentes, que queriam um país melhor. Ninguém tem que julgar se eles estavam certos ou errados. Mas houve essa pressão política enorme, o Exército se apavorou e quis tomar conta do poder, derrubou o Jango e veio para cima com toda violência e foi matando e prendendo... As pessoas tiveram que sair do País e ficou um vazio no Brasil, de muitos anos. Hoje é difícil encontrar um líder. Temos o Lula, que foi meio forjado. Também nos sindicatos eles cortaram as lideranças. O Genoíno Neto, hoje presidente do PT, era da guerrilha do Araguaia. Era um militante fraquíssimo da guerrilha. Era uma pessoa de pouca importância, com todo respeito que tenho por ele. Era um menino, foi preso logo no início, uma pessoa que não tinha relevância política como os demais. Ele hoje é o presidente do partido que governa o País. Imagina quantas outras pessoas maravilhosas não haveria. Quem conhece história sabe o quanto foram procuradas essas pessoas. Esse pessoal da guerrilha que foi para o Araguaia sumiu mesmo, pois era um lugar totalmente inacessível. Havia um desespero para saber onde eles estavam, o que eles estavam aprontando.

IHU On-Line – João Carlos esteve na China, antes de ir para Araguaia, mas vocês achavam que ele ainda estava em São Paulo?

Sônia Haas – Exato, foi em 1967. Nós não sabíamos. Ficamos sabendo depois, quando o PCdoB começou a divulgar que eles tinham ido, em 1979. Ficamos sabendo de tudo em 1979 e 1980. Ele estava aqui pertinho. Eu jamais imaginava que o João Carlos estaria no Brasil, porque eu não tinha também idéia do quão grande era o Brasil... A gente vivia num lugar pequeno, com todo o controle de informação. Dentro das escolas, houve uma repressão intensa. Tudo isso eu vivi, estudei na década de 1970, que foi “a pesada”. Por exemplo, eu tinha um professor de sociologia, marido da professora da Unisinos Lia Bergamo Becker, o Vitor, que foi perseguido, porque nos falava sobre política, sobre América Latina, sobre situações de pobreza. Era tudo muito controlado.

IHU On-Line – Você lembra bem, em 1979, do momento em que ficaram sabendo da notícia da morte de seu irmão, através dos jornais?

Sônia Haas – Lembro, sim, foi muito difícil. A gente custou para entender o que tinha acontecido. Meus irmãos, que moravam em Porto Alegre, começaram a buscar pessoas conhecidas, em quem confiavam, porque ainda era um período perigoso, do PMDB na época, que era o partido oficial de esquerda, para saber o que havia acontecido, e elas foram confirmando que tinha havido uma guerrilha no Araguaia, e tinha sido o Partido Comunista do Brasil. Em 1980, o PCdoB fez um congresso na Bahia. Uma prima minha, que era muito amiga do João Carlos, veio. Ela conversou com as pessoas do partido, pegou um diário da guerrilha, mostrou fotos para elas. Elas também mostraram fotos. Foi uma troca de informações Mas a gente sempre tinha aquela dúvida: será que ele morreu mesmo? Será que eles não mandaram essa gente para um outro país? Será que não ficaram morrendo de fome no meio do mato e ficaram loucos? Minha irmã mais velha, que era muito ligada ao João Carlos, até hoje, eu percebo, tem essas questões presentes. A vontade de ter a pessoa viva faz pensar nisso.

IHU On-Line – A partir do momento em que vocês ficaram sabendo da morte de João Carlos, a família se centrou nessa busca?

Sônia Haas – A partir desse momento, as coisas ficaram complicadas, com maior silêncio ainda. Esse assunto não era conversado. Era uma coisa absurda, muda dentro de casa. Eu já estava na faculdade, na Unisinos, tinha professores de esquerda maravilhosos, como o André Forster e outros que passaram por aí. Comecei a procurá-los e a me articular e tomei a frente. No início, houve resistência dos meus pais. Eles não queriam que eu fosse atrás da história, achavam perigoso, ainda era realmente perigoso. A abertura mesmo começou em 1980, 1981. Mas enfrentei, inclusive enfrentei meu pai, depois ele entendeu, me deu uma procuração para eu poder fazer as tramitações burocráticas, senão eu não podia fazer nada. A partir de 1980, eu assumi o assunto. Já estou há 24 anos nessa história, mais da metade da minha vida.

IHU On-Line – De certa forma, seu conhecimento de João Carlos completou-se muito mais com os depoimentos das pessoas ao longo destes anos de busca?

Sônia Haas – É exatamente isso. Minha busca é por isso. Para montar esse quebra-cabeça que foi a vida dele, reconhecê-lo nas outras pessoas, nas histórias. É muito importante resgatar a pessoa a cada encontro novo. Nunca vamos saber tudo. É impossível... mas o importante é essa caminhada. É muito bonito, de repente, sem querer, estar no meio de uma outra história, alguém ver o sobrenome, me procurar para dizer que foi colega ou que foi professor de meu irmão. Existem histórias muito bonitas. Isso acalmou um pouco meu coração. Era uma forma de encontrá-lo. Muito mais com o pessoal da região do Araguaia. Eu estive três vezes lá. E muito mais com aquelas pessoas que o adoravam. Lá está cheio de crianças com o nome dele, afilhados dele. Ele ensinava inglês para os camponeses e um pouco de português também. Ele comprava livros para o pessoal ler. Essas coisas são do meu irmão. Eu gosto de escutar histórias que resgatam a identidade dele. Isso também vai fortalecendo a idéia de que ele foi feliz. Pelo menos a minha percepção é essa. Ele foi feliz com a escolha dele. Infelizmente ele foi embora muito cedo, mas ele escolheu o caminho no qual acreditava e se realizou. Ele gostou muito da região. Era uma pessoa muito alegre, jogava futebol com o pessoal, brincava... Eles contam histórias muito bonitas. Não só eles, mas também os militantes do PCdoB. Foi uma trajetória belíssima de vida, pena que curta, mas isso também é incontrolável. Eu acho que ele sabia disso também. Ele resolveu doar a vida dele. Quando ele foi preso em 1964, ficou cerca de 15 dias. Eu cheguei a ir visitá-lo, não pude entrar, mas fiquei dentro do carro. Minha mãe entrou, levou maçã e não lembro mais o quê. Quando ele voltou para casa, minha mãe trancou-o dentro do quarto dela e fechou a porta. O lugar de confissão, na minha casa, era o quarto da minha mãe. Ela disse: “João Carlos, por favor, pára de fazer política estudantil, sai desse grêmio estudantil, faz a tua medicina que tu gosta tanto, tu sempre sonhou em ser médico, a gente vai te ajudar”. Meu pai tinha o sonho de fazer um hospital para pessoas pobres de São Leopoldo. E ela continuou: “O pai vai fazer esse hospital, tu vai trabalhar lá, vai te realizar”. Ele não conseguiu. Ele se atirou na cama chorando e disse: “Mãe, não me pede isso. Eu não posso. Eu quero fazer mais, eu tenho que ajudar mais pessoas”. Ele até apela e diz: “Tu é tão católica e acredita tanto, e tem fé em Jesus Cristo, então tu tem que me entender, porque meu pensamento é parecido com o dele”. A minha mãe teve que desistir, o que ela iria dizer? Em uma entrevista, ela fala para o jornalista que, a partir daí, começou a rezar para que ele se desse bem. Claro que ela não imaginava que a história dele iria ser tão marcante. Ela sempre teve muito orgulho dele. Eu também tenho e acho que toda a nossa família tem, independente de qualquer posicionamento político. O que vale da pessoa é a coragem de assumir um ideal em que ela acredita, ser fiel a seus valores. Ele foi assim, foi o que ele aprendeu dentro da minha casa.

IHU On-Line – Como você se sente em estar aparentemente tão próxima de tê-lo encontrado?

Sônia Haas – Nem sei dizer. Eu queria ter certeza que é ele. Isso para mim é fundamental. Se eu não tiver essa certeza, eu não sei como vou reagir. Se eu tiver a certeza, vai ser um alívio, vai ser um ponto final numa história que a gente vem buscando há muito tempo, poder oferecer para ele uma sepultura digna, um sepultamento com a honra de um cidadão. A minha mãe sempre quis isso. Ela era muito católica e queria sempre trazer para São Leopoldo seja lá o que fosse do filho dela. Ela achava que a pessoa ficar jogada em qualquer lugar do Brasil não era certo. Ele tinha família, tinha o lugar onde nasceu. Nisso eu concordei com ela e por isso busquei-o muito, sempre por causa da minha mãe, que era uma pessoa fantástica. Eu sinto como se tivesse cumprido uma missão. Estou cansada disso, sinceramente. Estressou-me durante esses anos todos, porque eu não me dediquei profissionalmente a isso. Há pessoas que só viveram disso. Eu sempre estudei, trabalhei, e esse fato foi uma coisa paralela na minha vida. É difícil coordenar. Em certos momentos é muito forte, mas tenho que levantar a cabeça e ir de novo. Há momentos em que dá vontade de desistir, momentos de frustração, o que é normal. Poder levar o João Carlos para São Leopoldo será para mim uma realização. Um sentimento de paz. O mais importante é essa paz que quero ter ainda no meu coração. A madrinha dele, que é minha tia, ainda está viva e mora em São Leopoldo. Sei que ela ainda sofre muito e meus irmãos todos também. Vai ser bom para a nossa família.

IHU On-Line – Todas estas experiências estão ficando registradas em um livro?

Sônia Haas – Sim. Eu quero ver se termino até junho, porque ainda falta muita coisa. A jornalista Ana Flor, que trabalhava conosco, na Unisinos, está me ajudando, fazendo entrevistas com várias pessoas. Eu estou redigindo o texto e vamos ver como vamos editar o livro. Vai ser algo bem mesclado. O título do livro eu já escolhi. Será uma homenagem à juventude da região do Araguaia, em virtude de uma brincadeira que meu irmão fazia junto com os jovens de lá, que se chama “berlinda na lua cheia”. No dia da lua cheia, eles faziam uma berlinda, que era uma ciranda com vários jogos à luz da lua. Vinham adultos, crianças, velhos. Eram várias brincadeiras, joguinhos, aquelas coisas de interior. Uma das vezes que eu fui lá uma das moças que conheceu o João Carlos, me contou e me mostrou o lugar na beira do rio onde eles faziam a “berlinda na lua cheia”. Tem muita coisa a ver com a proposta dele de andar pelo Brasil, fazer um jogo, uma berlinda, conhecer outros mundos, apostar nas coisas, de conhecer pessoas, de trocar. A minha vivência nessa história também é um jogo, é um vai-e-vem, são várias situações que foram acontecendo e montando a minha história encima da dele. No livro, eu explico um pouco do porquê desse título, meio romântico, como eu sou, ainda.

IHU On-Line – O fato de você estar morando em Cacha Pregos, um vilarejo de pescadores, na Ilha de Itaparica, num cenário tão simples, pode ter a ver com uma influência de João Carlos na sua vida?

Sônia Haas – Provavelmente. Depois nos damos conta de que vamos fazendo as coisas. Na verdade, eu fui conhecer o interior do Brasil, buscando por ele. Fui para o norte e conheci um mundo que, no Rio Grande do Sul, não se conhece. Fui para o Pará, fui para Goiás, para Tocantins. Eu me encantei com o povo brasileiro e quis conhecer mais. Eu não conheço a Europa e não conheço os Estados Unidos. Eu conheço o Brasil, Cuba, Chile, Argentina, Uruguai. Sempre me interessei mais pelo que é nosso. Isso me marcou. Eu sempre procurei ler coisas que falassem do povo brasileiro, já que meu irmão, afinal, deu a vida por ele, então eu sempre quis entender melhor isso. Acabei caindo num lugar que tem essa característica e me

sinto bem. Recuperei-me muito aqui do meu estresse. É bom para a cabeça e é uma experiência fascinante. Para quem já viveu num lugar como a Unisinos, por exemplo, poder vir para cá e se desprender das amarras daquelas exigências, daquelas regras... É bom. É inegável que tem a influência do meu irmão nisso.

DEVEMOS PASSAR O BRASIL A LIMPO

Entrevista com Luiz Werneck Vianna

*Luiz Jorge Werneck Vianna, professor pesquisador do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), concedeu na última semana uma entrevista exclusiva a IHU On-Line. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, Werneck Vianna é autor de, entre outros, **Corpo e Alma da Magistratura Brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 1997; **A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1997; e **A Judicialização da Política e das Relações Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999. O professora também é presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), da qual o IHU é associado; sócio da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP); parecerista ad hoc da CAPES, CNPq, FAPERJ e FAPESP, consultor permanente do Centro de Referência da História Republicana/ Museu Nacional; e membro do Conselho de Redação de Dados da Revista de Ciências Sociais (IUPERJ). De Werneck Vianna, **IHU On-Line** publicou uma entrevista na 44ª edição, de 25 de novembro de 2002.*

IHU On-Line – Qual é a reflexão que deveríamos fazer ao lembrar os 40 anos do golpe militar?

Werneck Vianna – É um momento para passar a limpo o Brasil, de reflexão sobre as causas do golpe, o tipo de sociedade que foi criada ao longo do processo de modernização autoritária e procura também, com base nessa apreensão da realidade vivida, uma perspectiva nova para se projetar.

IHU On-Line – Havia outras alternativas ao golpe militar de 1964?

Werneck Vianna – Os debates mais evidentes aqui no eixo Rio - São Paulo têm sido muito parciais, sem procurar pôr em evidência toda a complexidade do momento que se viveu antes de 1964. Não se quer e não se quis fazer uma autocrítica verdadeira a respeito de como o campo democrático atuou no imediato pré-64. O golpe não era inevitável. Ele podia perfeitamente ter sido contornado caso os setores favoráveis às reformas e à mudança entendessem que elas só poderiam concorrer de fato no terreno das instituições. Quando o caminho das reformas foi entendido como obstaculizado pelas instituições políticas da democracia, as circunstâncias do golpe para a deposição do governo legal começaram a amadurecer. Não é à toa que isso ocorre. Essa crítica provém de setores que, exatamente por não terem entendido o que ocorreu antes de 1964, recuperaram alguns erros da esquerda anterior e um caminho do enfrentamento armado fora das instituições políticas que não nos levou a lugar algum, nos levou ao aprofundamento do regime militar. Há uma ligação entre muitos dos que vêm se manifestando agora sobre as circunstâncias do imediato pré-64 com o que ocorreu nos anos 1960 e 1970, como se o que tivesse acontecido antes legitimasse o tipo de oposição militarista que exerceram durante o regime autoritário.

IHU On-Line – Qual o senhor consideraria o período mais duro dentro do regime?

Werneck Vianna – O AI-5, que sucedeu a uma ação inteiramente desatinada de uma parte da esquerda. Isso pode explicar o percurso da ditadura militar.

***IHU On-Line* – Vendo o cenário político atual, como os anos de ditadura influenciaram na forma de fazer política no Brasil?**

Werneck Vianna – O País vem se democratizando do ponto de vista político, sem dúvida nenhuma, mas isso não vem importando, conforme se vê, em grandes mudanças sociais. Essa é a grande tragédia da democracia brasileira. Ela tem sido incapaz ao se afirmar, de dar conta, de dois temas cruciais. O primeiro deles é o crescimento econômico, e o segundo é o da exclusão social. Havia uma grande esperança nesse governo atual de ele ser capaz de projetar o País nessas duas direções. Até agora, infelizmente, ele não tem sido bem sucedido nisso. O que não quer dizer, por outro lado, que se deva perder as esperanças de que ele pode encontrar mais à frente um caminho melhor.

***IHU On-Line* – Qual foi a influência da ditadura militar nas universidades?**

Werneck Vianna – Do ponto de vista da cultura e do pensamento político, os 20 anos de ditadura militar acarretaram um prejuízo que vai ser necessário mais de uma geração para recuperar. Uma memória inteira foi perdida, uma memória de resistência, uma memória cultural, de construção do País foi perdida. Os indivíduos se tornaram mais isolados uns dos outros por força das interdições que existiam sobre a vida associativa, partidária. Quando a democracia veio, o povo estava mais isolado do que qualquer momento anterior. Desse ponto de vista, ele foi um desastre, do ponto de vista do pensamento também foi um desastre. O mérito da política da ditadura militar foi criar agências de fomento à pesquisa. Olhando do ponto de vista da universidade, porém, todas as políticas públicas de fomento da ciência foram desenvolvidas à margem da universidade, que se tornou um escolão, um lugar onde se dá aula.

***IHU On-Line* – A forma como estão estruturadas as universidades atualmente no Brasil teve influência do período militar?**

Werneck Vianna – Tem havido mudanças significativas, é só ver quem são os reitores de hoje, comparando com o que eram há 10 anos. Há uma nova elite na reitoria brasileira. Esse tipo de jovens dirigentes da vida universitária tem feito muito para recuperar a universidade brasileira. Tudo isso vai demandar muito tempo, porque a destruição foi muito profunda. Mas isso não é motivo para perder as esperanças.

***IHU On-Line* – Quais foram as principais resistências, especialmente as principais instituições que resistiram durante os anos de governo militar?**

Werneck Vianna – Houve entre os partidos políticos o MDB, as instituições da sociedade civil, como Igreja, CNBB, SBPC, OAB, os estudantes tiveram um papel importante, a vida parlamentar foi outro instrumento importante. A partir de meados dos anos 1970, o movimento sindical foi determinante, especialmente o movimento sindical de São Paulo, que foi muito influente na luta contra o regime militar. Não é à toa que os últimos presidentes da república tenham vindo de lá.

***IHU On-Line* – Como o senhor vê a influência do golpe e do início do governo militar em 1964 nos que aconteceram depois nos outros países da América Latina?**

Werneck Vianna – O Brasil abriu o caminho. O Uruguai e o Chile são países muito mais ordenados que o Brasil. Sempre tiveram uma divisão em classes mais nítida do que no Brasil. São países muito mais organizados que o nosso, com identidades partidárias que passam de geração em geração. A ditadura brasileira foi mais branda que a uruguaia e do que a chilena e a argentina. Uma das razões disso foi a natureza mais plástica dos políticos brasileiros, exatamente porque eles não são vinculados a identidades sociais muito fortes. Não se pode

compreender a resistência à ditadura sem a ação do MDB. Uma grande frente entre elites liberais e elites de esquerda e comunistas. O Partido Comunista Brasileiro teve uma função que, desde o começo do golpe, procurou articular uma frente política em nome das liberdades democráticas. Enquanto no Chile, por exemplo, a esquerda tinha objetivos muito mais ambiciosos na luta contra a ditadura. Queria remover a ditadura e, ao mesmo tempo, conseguir um governo nacional popular avançado. Isso não foi bom para o Chile, que até hoje não realizou completamente sua transição para a democracia. Ainda age com uma constituição outorgada, com o fantasma de Pinochet.

IHU On-Line – O Brasil conseguiu essa transição definitivamente?

Werneck Vianna – Sem dúvida. Nosso problema é que conseguimos a democracia política, mas até agora não sabemos o que fazer com ela para a resolução dos problemas vitais do País, que são crescimento e incorporação social.

EM 1964, HAVIA MUITOS GRUPOS GOLPISTAS

Entrevista com Marco Antônio Villa

*O professor Marco Antônio Villa é mestre em Sociologia e doutor em História pela USP com tese intitulada **Canudos, o povo da terra**. Doutor em História Social e professor universitário na Universidade Federal de São Carlos (UFScar), ele é o autor da coleção **Sociedade e História do Brasil**, escrita para o Instituto Teotônio Vilela. Na obra, Villa discute os mitos da história brasileira ao destronar heróis como Tiradentes, ao questionar a idéia de que a República realmente significou progresso ao País e ao classificar o ex-presidente João Goulart como incapacitado, como faz na entrevista a seguir, concedida a **IHU On-Line**, por telefone. Villa é autor de numerosos livros, entre eles destacamos: **Jango, um perfil (1945-1964)**. São Paulo: Globo, 2004; **Canudos, o campo em chamas**. São Paulo: Brasiliense, 1993; **Canudos, o povo da terra**. São Paulo: Ática, 1995; **Vida e morte no sertão. História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Ática, 2000. **Caminhos da História: da Independência aos nossos dias**. São Paulo: Ática, 2003.*

IHU On-Line – Qual é o significado de fazer memória do golpe de 1964?

Marco Antônio Villa – O principal significado é a importância da democracia, porque, na conjuntura de 1964, houve um desprezo de grande parte da elite política brasileira pelo valor e importância da democracia. Para muitos a democracia era um empecilho para o exercício do governo. Hoje, quarenta anos depois, podemos fazer uma reflexão mais serena sobre os acontecimentos daquele momento histórico do Brasil. É possível ver que a grande derrotada, naquela conjuntura, foi a democracia e quão importante é termos um regime democrático, sabermos conviver com a diferença e com a pluralidade.

IHU On-Line – O senhor defende uma tese polêmica na qual sustém que, se o Golpe não tivesse sido de direita, teria sido de esquerda, confirma ainda esta hipótese?

Marco Antônio Villa – É uma questão espinhosa. Mas, naquela conjuntura de final de março de 1964, havia uma corrida pelo golpe. Existiam vários projetos golpistas. De um lado, o projeto golpista da direita que, por sinal, não era um, mas vários. A direita civil que se articulava, vários grupos militares, alguns mais próximos, a embaixada americana, outros que se organizavam até sem conhecimento maior por parte do governo americano. Do lado de centro-esquerda também. Por que eu digo centro-esquerda? Não é possível dizer que o Jango era de esquerda. É um exagero. Havia um golpismo por parte de Jango, um golpismo materializado na idéia continuísta, ou seja, ele jogava no impasse político, que era o único meio de ser candidato nas eleições de 1965, pois a Constituição Brasileira de então proibia a reeleição. Se houvesse um

impasse político, ele ganharia com isso porque ele poderia, graças a esse impasse, impor à força uma mudança da Constituição e ser candidato nas eleições de 1965. Portanto ele jogava pelo golpe e buscava apoio militar. Para isso fez uma longa caminhada pelos quartéis em busca de apoio, naquele momento histórico de março, aliado ao Partido Comunista. Por outro lado, havia, à esquerda do Partido Comunista do Jango, tendências que eram revolucionárias e, jogavam também na derrubada do regime democrático, por exemplo, o Partido Comunista do Brasil (PC do B) enviou, no dia 29 de março de 1964, o primeiro grupo de guerrilheiros para treinar na academia militar de Pequim, logo saíram daqui ainda quando era um regime democrático e regressaram ao Brasil quando já era uma ditadura. Por outro lado, existiam, desde 1962, as Ligas Camponesas, parte das quais já tinham se encaminhado para a luta armada, tanto que foram encontrados no Brasil, neste ano, no governo João Goulart, oito campos de treinamento guerrilheiro das Ligas Camponesas com apoio, inclusive, do governo cubano. Havia, também, entre os revolucionários, os brizolistas que se organizavam nos famosos grupos dos onze que lutavam por uma transformação revolucionária no País. A democracia tinha, pois, inimigos de todos os lados entre os revolucionários, os golpistas de centro-esquerda e os golpistas de direita.

IHU On-Line – Quais foram os elementos que pesaram mais para a vitória da direita?

Marco Antônio Villa – O embate maior foi travado entre o Jango e os grupos de direita. Jango era presidente da República, tinha um dispositivo militar até para dar o golpe, organizado por um general gaúcho, Assis Brasil. Um dispositivo militar que, por sinal, ninguém viu nos dias 31 de março, 1º de abril e 2 de abril e, claro, os grupos direitistas que há muito tempo tinham uma enorme adversidade com as urnas. Havia sempre um problema entre a direita e as urnas: ela perdia constantemente as eleições. A UDN, principal partido de direita, perdeu as eleições em 1945 e 1950 e em 1955 e 1960. Ninguém pode dizer que a UDN venceu, porque Jânio Quadros foi um candidato muito mais dele próprio que da UDN. Havia uma direita que há muito tempo lutava contra aquela democracia de massas que estava se construindo no Brasil. Ela se posicionou contra a posse de Getúlio Vargas em 1951. Esta mesma direita não quis a posse de Juscelino Kubitschek em 1956; não quis a posse de João Goulart em agosto de 1961, portanto havia uma direita que, sistematicamente, jogava contra a democracia e que, diversas vezes, se manifestou no período de 1945 a 1964.

IHU On-Line–Essa direita está hoje em diversos partidos, até no partido de governo?

Marco Antônio Villa – Hoje, 40 anos depois, mudou radicalmente o País. Nós não temos mais as forças armadas golpistas, não temos mais uma esquerda que joga contra a democracia e nós não temos uma direita golpista no sentido da direita que existia nos anos de 1945 a 1964. Graças a Deus esta página da história do Brasil já foi virada e parece que para sempre. Agora temos evidentemente uma direita, porque, no regime democrático, deve-se conviver com as diferentes correntes políticas. A direita está, fundamentalmente, no Partido da Frente Liberal (PFL), que é a oposição ao atual governo, está no Partido Progressista que, é o Paulo Maluf, que apóia o governo. A direita brasileira, hoje, não é a direita de 1945 – 1964, parte dela está na oposição, e outra parte, no governo.

IHU On-Line – Como a ditadura influenciou o modo de fazer política no Brasil especialmente nos governos posteriores, uma vez chegada a democracia?

Marco Antônio Villa– Os governos militares arrasaram o País. A ditadura acabou destruindo um período de grande progresso econômico, político, cultural que o País viveu nos anos 1945 – 1964. No campo cultural, foi o grande momento do Brasil, tanto na área do cinema, literatura,

arquitetura, das artes plásticas, o País estava vivendo um grande momento. Havia um desenvolvimento político muito grande, em que estávamos construindo, nestes quase 20 anos, uma democracia de massa. Houve um grande deslocamento populacional do Nordeste para o Sudeste e um crescimento econômico quase que contínuo, especialmente no quinquênio juscelinista. A ditadura conseguiu, em alguns momentos, articular o crescimento econômico, mas tirou a liberdade política, ou seja, ela preservou o que havia anteriormente de impulso econômico, mas jogou na lata do lixo a liberdade. Depois com a redemocratização, em 1985, nós jogamos na lata do lixo o crescimento econômico e ficamos só com a liberdade, quer dizer que o encontro entre liberdade e crescimento político que existia nos anos 1945 e 1964 até hoje nós não conseguimos reencontrar .

IHU On-Line – Mas, o próprio processo de modernização do País, não foi gerador de miséria para as maiorias?

Marco Antônio Villa – Claro, infelizmente esse crescimento acabou sendo um violento processo de concentração de renda, isso é verdade, que foi derivado da falta de liberdade, porque, se tivesse crescimento com a liberdade, os atores políticos poderiam negociar uma redistribuição da renda. Como não havia liberdade, não havia espaço de reivindicação. Conseqüentemente, o produto desse crescimento econômico acabou se concentrando entre os mais ricos. Agora vale lembrar que a classe média acabou sendo favorecida pelo crescimento econômico. Houve uma grande modificação das moradias de classe média com o Banco Nacional de Habitação (BNH). Não podemos negar também que o índice de desemprego era próximo a zero. Cito meu exemplo pessoal. Mudei para São Paulo, em 1972. Eu era um *office boy*, um mensageiro, como todo mundo na minha idade. Com 16 anos, fazia isso e progredi na época em termos de emprego: eu era promovido todos os anos. Havia procura de força de trabalho, o que nós não temos nos últimos 10 anos, especialmente de seis, sete anos para cá. Existia, efetivamente, uma concentração de renda, mas muita gente melhorou de vida, e não só a burguesia, a classe média acabou sendo favorecida com isso, basta ver a situação das empresas automotivas. Afinal quem comprava os carros populares era a classe média fundamentalmente, e os fogões, as geladeiras, e não só a classe média, é bom lembrar. Vou tomar a figura do presidente da República, que migrou em 1952, chegou a Santos, em plena grande seca do Nordeste de 1951 e 1952. Foi morar em São Paulo e de São Paulo foi para São Bernardo. Ele é um filho do milagre econômico. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo é produto da grande expansão, primeiro juscelinista, e depois da ditadura militar, quer dizer, aquela classe operária, que nasceu na época, é produto da expansão econômica da ditadura militar. E essa classe operária é a que vai iniciar o processo de destruição da ditadura com o chamado Novo Sindicalismo que nasce em 1986 – 1987.

IHU On-Line – O que terminou com o regime? Quais foram os principais fatores que ajudaram na abertura ?

Marco Antônio Villa – O regime se esgota, porque não era possível manter um regime fechado, uma ditadura, por tanto tempo como houve no Brasil. Existiu um esgotamento na sociedade e um esgotamento econômico também daquele modelo e inevitavelmente iria chegar o momento em que deveria haver uma transição. A grande questão era como seria feita esta transição, porque a ditadura militar, evidentemente, queria uma transição sob controle e foi isso que o general Ernesto Geisel começou a fazer, desde quando tomou posse em março de 1974, ou seja, o que ele chamou de transição "lenta, segura e gradual", isto é, fazer uma transição para um regime civil, mas sob o controle dos militares. Só que a nossa transição, ao contrário da de Portugal, com a queda do salazarismo, ao contrário da Espanha, com a queda do

franquismo, foi uma transição longuíssima. Podemos dizer que ela começou no governo Geisel e só terminou em 1985, com a eleição do Tancredo Neves, portanto nós tivemos um longo período, quase uma década deste processo de transição. Isso acabou criando um seríssimo problema para o período posterior, porque não foi feito um trabalho de limpeza do autoritarismo, ao contrário do que foi feito em Portugal rapidamente a partir de 25 de abril; ao contrário do que foi feito na Espanha de uma forma pactuada. No caso brasileiro, um processo muito lento. O que ocorreu foi que a redemocratização acabou trazendo no seu interior muito do antigo regime militar, não só nos políticos, que muitos são herdeiros do regime militar, como também na própria forma de fazer política e num processo de estruturação do estado democrático.

***IHU On-Line*– Como influenciou o golpe brasileiro nos golpes militares nos restantes países da América Latina?**

Marco Antônio Villa – É bom lembrar que houve golpes antes. Na década de 1960 mesmo, existiram outros golpes que antecederam o do Brasil. Eu não considero inevitável a ditadura nos anos 1960. Isso é naturalismo. É bom lembrar que, em 1962, o Haya de la Torre deu um golpe no Peru e não tomou posse. Em 1962, houve eleições na Argentina e houve também uma intervenção militar que voltou em 1966, com o Tenente General Onganía. Portanto o Brasil está no meio dessa situação. Não é que a ditadura fosse inevitável. É muito possível que houvesse uma saída democrática para as crises brasileiras. Bastava os atores políticos e a elite terem encontrado uma saída, e muitos não quiseram. Evidentemente que, pela sua importância na América do Sul, um golpe militar no Brasil acabou tendo influência nos países vizinhos, mas cada país também tinha o seu movimento interno, as suas contradições internas. Na década 1960, a guerra fria estava muito intensa, e a América Latina estava sendo visada, especialmente a partir do momento em que Cuba se declara um estado socialista. Ao mesmo tempo que há uma presença norte-americana na América do Sul, há também uma presença de esquerda, evidentemente os grupos subguerrilheiros na América do Sul se formaram com a participação cubana, vamos lembrar o caso da Venezuela, do Douglas Bravo, vamos passar pelo Peru, pela Argentina, pela ação do Che Guevara na Bolívia, pelo apoio de Cuba aos grupos guerrilheiros no Brasil e, como eu disse anteriormente, inclusive antes de 1964, o apoio às Ligas Camponesas, que foi um escândalo em 1962. Portanto esta questão da inevitabilidade da ditadura, que alguns autores defendem, me parece um equívoco.

***IHU On-Line* - Mas, o senhor opina que o País estava sendo mal governado?**

Marco Antonio Villa- O que posso dizer é que o governo João Goulart foi um verdadeiro caos, que era incapaz, incoerente e quem está dizendo não sou eu, é Leonel Brizola. Na época, Brizola dizia que Jango adorava ter poder, mas não gostava de governar, e lembremos que Leonel Brizola, apesar de ser cunhado de João Goulart, rompeu com ele em março de 1964. Basta ver os gabinetes parlamentaristas, a confusão que o Jango fez e como a todo momento ele insinuou que daria um golpe de estado. A tentativa que ele ia fazer em 1964 já tinha sido ensaiada duas vezes: em 1962, quando coagiu o Congresso Nacional ao antecipar o plebiscito com o apoio militar inclusive e, em outubro de 1963, quando ele decretou o estado de sítio. Ele criou condições e deu o golpe de estado que acabou não ocorrendo por uma série de trapalhadas. Mas houve uma tentativa de dar todos os poderes ao presidente, mesmo contra resistências da direita e da esquerda. Brizola foi contra o estado de sítio, o PCB foi contra, a UNE foi contra, o governador Arraes foi contra, porque todo mundo percebeu que ele queria dar um golpe de estado, ele queria realizar intervenção no então estado da Guanabara, que não existe mais hoje, que é o Rio de Janeiro, e depor o governador Carlos Lacerda, que era um direitista muito conhecido; queria fazer uma intervenção em São Paulo e depor o governador

Adhemar de Barros, que era um direitista também muito conhecido; queria realizar a intervenção em Pernambuco e depor o governador Miguel Arraes, tanto é que o Arraes foi um dos que mais criticamente se posicionou contra o João Goulart naquela conjuntura. Portanto, nós não tivemos uma unidade da esquerda em 1964. No comício do dia 13 de março, ficou bem claro isso. Uma coisa foi o projeto do Arraes, outra foi o projeto do Brizola, outra, ainda, o do Jango. Isso para falar só sobre os oradores que se pronunciaram naquele comício.

***IHU On-Line*– Que instituições mais claramente resistiram ao golpe?**

Marco Antônio Villa – Na madrugada do dia 1º de abril, quando o senador Auro de Moura Andrade, presidente do Senado, considerou vaga a Presidência, o que era um verdadeiro golpe, porque o presidente estava em território nacional, o País estava dividido. Basta ver que, no dia 2 de abril, ocorreu, no Rio de Janeiro, a chamada Marcha da Vitória e houve milhares de pessoas na rua, e ninguém pode dizer que era a burguesia e a classe média. Não é verdade. Havia muita gente do povo lá, o País estava dividido, a inflação tinha subido, havia escassez de diversos gêneros alimentícios, a gasolina tinha subido... Foi um momento de muita tensão. O País estava dividido e parecia ingovernável. As instituições estavam divididas. Por exemplo, parte da igreja católica comungava com o golpe, outra não. O cardeal de São Paulo, Dom Carmelo Vasconcelos, foi contra o golpe, e vários religiosos se posicionaram contra o golpe naquele momento. Alguns partidos, por exemplo, o PSD, acabaram apoiando o golpe, porque elegeram o ditador Castelo Branco em abril, inclusive com votos de Juscelino e Ulisses Guimarães, como presidente do Brasil. Castelo deveria só cumprir o mandato de João Goulart, que iria até janeiro de 1966. O quadro, então, era o seguinte: a UDN e os outros partidos da direita estavam a favor do golpe; o PTB estava meio dividido, parte dele, por incrível que pareça, porque havia uma ala fisiológica, apoiando o golpe. De outro lado, estavam, é claro, os estudantes que foram atingidos, a sede da UNE incendiada no Rio de Janeiro, o presidente, que era o José Serra, foi para o exílio; os intelectuais perseguidos por causa de uma série de formas de censura. Mas a pior censura veio a partir de 13 de dezembro de 1968, quando começaram as perseguições intelectuais. Os intelectuais eram ameaçados. Por exemplo, Carlos Heitor Cony, porque escreveu um artigo no *Correio da Manhã*, chamado a Revolução dos Caranguejos, foi ameaçado de morte, precisou se esconder. Em suma, toda uma perseguição em relação à intelectualidade, aos artistas... A peça *Roda Viva* estava sendo encenada, os atores foram presos, seqüestrados. Em resumo, toda uma barbárie, entre 1964 e 1968 até chegar o AI5. Isso em relação às artes. Professores universitários, todos muito inteligentes, foram expulsos, exilados. O que todos, até o Jango, achávamos é que seria uma intervenção de curto prazo e acabou se revelando extremamente danosa na história do Brasil, de 21 anos, e com efeitos muito perversos para o futuro do País. Daí a responsabilidade que eu imputo aos atores políticos de 1964, não terem compreendido a gravidade daquela conjuntura, terem imaginado que era um golpe como outros que o Brasil já sofrera e que tudo se resolveria rapidamente. Mas infelizmente não foi assim.

O GOLPE DO PONTO DE VISTA DOS MILITARES

Entrevista com Celso Castro

*Celso Castro é doutor em Antropologia Social pela UFRJ, pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, especialista na questão militar brasileira. Acaba de lançar o livro **A Proclamação da República** (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999) e analisa os arquivos do ex-presidente Ernesto Geisel, doados pela família ao CPDOC. É responsável por um amplo projeto para resgatar a "memória militar", de onde já saíram volumes como **Visões***

do golpe (1994), Os anos de chumbo (1994) e A volta aos quartéis (1995). O autor também é professor do Departamento de Sociologia e Política da PUCRJ e editor da revista Estudos Históricos e dos informativos eletrônicos de Ciências Sociais, História e Arquivologia. Autor de livros, como O Espírito Militar: um Estudo de Antropologia Social na Academia Militar de Agulhas Negras. Jorge Zahar, 1990; Os Militares e a República: um Estudo sobre Cultura e Ação Política Jorge Zahar, 1995; A Proclamação da República. Jorge Zahar, 1999; e organizador, com Maria Celina D'Araujo, de Ernesto Geisel (Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997), entre outros. O pesquisador conversou com IHU On-Line, antes da sua apresentação na Aula Inaugural do Programa de Pós-graduação em História da Unisinos no dia 30 de março, abordando o tema Visões do golpe: os militares e a memória de 1964.

IHU On-Line – Quais os aspectos fundamentais que o senhor vai desenvolver em sua palestra?

Celso Castro – Hoje vou tratar principalmente sobre a memória militar, sobre o período e as dificuldades de se construir uma memória militar sobre esse período. Apesar de os próprios militares terem acabado com o golpe e permanecido durante 21 anos no exercício do poder, a questão da construção da memória sempre foi complicada para eles. Não só para eles. Mesmo hoje em dia, apesar de o golpe ter tido apoio de setores expressivos, esses não gostam nem de lembrar que apoiaram o golpe nem a ditadura. Então pretendo explorar esses dilemas presentes na construção dessa representação que os militares fazem sobre sua experiência no poder.

IHU On-Line – Seria um olhar do golpe do ponto de vista dos militares?

Celso Castro – Sim, e, a partir disso, discutir outros impasses mais gerais para se pensar o período. A minha experiência desse tempo é com entrevistas a militares. Quando começamos a pesquisa, esperávamos ter a visão militar sobre esses 21 anos de exercício do poder, mas como resultado vimos que é complicado falar da memória militar. Têm-se algumas memórias militares conflitantes e concorrentes em boa medida. Embora haja alguns pontos de consenso, existem pontos de conflito e dissenso muito fortes também. Isso se dá porque eram de diferentes grupos, mesmo os que apoiaram o regime, mas que divergem muito entre si, em relação à profundidade, ao ritmo, em relação às pessoas que ocuparam posições, à orientação. Aparecem diferenças bastante significativas, brigas e disputas entre grupos militares.

IHU On-Line – Mas existe em alguns militares uma verdadeira consciência das conseqüências negativas que o regime trouxe para o País?

Celso Castro – Aí se divide. Boa parte acha que foi positivo, que só se exploram as coisas negativas, mas que foi necessário. Do ponto de vista biográfico, todos têm a percepção clara de que virou um estigma o fato de terem sido militares que apoiaram, participaram do regime militar. Em relação à imagem deles entre os civis, eles têm a percepção de que saiu muito abalada desse período. Às vezes, eles respondem ao revanchismo ou à mídia ainda dominada por pessoas que foram derrotadas politicamente em 1964, ou depois, e lembram sempre que tiveram apoio popular significativo em 1964. Isso é verdade, eles tiveram mesmo muitos setores apoiando o golpe, mas depois esse apoio foi sendo perdido em boa parte durante os 21 anos do exercício de poder. Eles mostram-se muito ressentidos com os civis, e ao mesmo tempo que a lembrança esmorece, não gostam de recordar a atuação na repressão. Tortura é tabu, eles falam em excesso.

IHU On-Line – Os militares entrevistados tiveram ligação direta com a tortura?

Celso Castro – Não todos, alguns sim. Alguns tiveram atuação importante, criando órgãos de informação durante o regime militar, como o Centro de Informações do Exército, o Centro de Informações da Aeronáutica, tiveram posições importantes nesses órgãos. Nem todos necessariamente participaram de tortura física. Esse é um assunto muito delicado de eles falarem por razões óbvias.

IHU On-Line – Em que elementos está baseada a memória que eles reconstróem hoje?

Celso Castro – Não sei dar uma resposta única. Eles têm uma idéia de que venceram a guerra contra as organizações de esquerda revolucionárias, mas perderam a batalha pela memória do período. Essa percepção é muito clara para eles. Não há dúvida disso. Hoje, há 40 anos do golpe, não se vê nenhum evento comemorando, festejando o golpe. Os próprios militares na ativa mal querem lembrar disso. O Clube Militar no Rio de Janeiro, formado pelo pessoal da reserva mais antigo, vai fazer uma sessão com umas 30 pessoas. Eles têm essa percepção de que realmente foram derrotados e o foram, de fato, na memória sobre o período.

IHU On-Line – Qual é a percepção da sociedade civil em relação ao governo militar? No ano passado, o Chile lembrou os 30 anos do golpe militar com uma divisão muito forte da sociedade civil. A visão brasileira é mais unânime?

Celso Castro – Acho que sim, de repúdio, de crítica. Uma imagem negativa da atuação política dos militares nesse período. No caso do Brasil, tivemos, mais em termos quantitativos, uma extensão da repressão menor quando comparada ao caso chileno e ao caso argentino. No Brasil, tivemos 300 desaparecidos. No Chile e na Argentina, foram ao largo de milhares e milhares. O Chile tem um terço de direita, um terço de esquerda e um terço de centro. No Chile, é bem mais fácil alguém falar a favor do Pinochet ou defender. Aqui no Brasil, não se vê ninguém defendendo. A Argentina está ligada às Malvinas, onde o regime entrou em colapso, e tudo ficou mais fácil em termos de punição, de verdade, de justiça. No Brasil, existe uma transição longa, que dura dez anos, e as coisas vão se ajustando aos poucos. Ao contrário do Chile, a ditadura não foi tão personalizada. Nunca tivemos uma figura como o Pinochet. Existiram generais que se revezaram numa dinâmica diferente.

FOI ASSIM (DE ARREPIAR)

Um depoimento histórico

*Reproduzimos a seguir a entrevista realizada a Almino Afonso pela jornalista Marina Amaral e publicada na revista **Caros Amigos**. São Paulo: Casa Amarela, n. 19, ano VII, de março de 2004. Em três horas de depoimento, Almino Afonso, o ex-líder do PTB e ministro de Jango, reconstituiu, em detalhes, o que considera o período mais efervescente de nossa história. Um relato emocionante, capaz de demolir muitas das versões perpetuadas pelos golpistas que, durante 21 anos, dominaram o País e turvaram a memória nacional.*

Como foi o dia do golpe?

Por incrível que pareça, o golpe surpreendeu o presidente João Goulart. Embora já viéssemos denunciando que havia conspirações em massa e o próprio João Goulart estivesse consciente disso, no dia D, quando os fatos ocorreram, fomos surpreendidos. Lembro que estava em Brasília, no dia 31 de março, e, pela manhã, fui à Câmara dos Deputados retirar algum dinheiro do Banco do Brasil onde os deputados tinham conta. Na época, as reuniões da Câmara aconteciam à tarde ou à noite, nunca pela manhã. Então, em princípio, não deveria haver

ninguém lá, mas a Câmara estava lotada, fervia de gente, militares para todo lado, discutindo, conversando... Estranhei aquilo tudo. Entrei numa roda e tomei conhecimento de que as tropas do general Mourão já estavam marchando. Voltei para casa e telefonei para o senador Artur Virgílio Filho, líder do governo no Senado. Seu apartamento ficava próximo, a uns 50 metros de distância. Ele me convidou para ir lá. Telefonamos para o presidente, que estava no Rio. O Artur disse o que tinha ouvido de mim e pediu instruções de como ele se deveria comportar na reunião do Senado. Ouvi tudo por uma extensão. O presidente respondeu: "Mas, ó Artur, não é nada, isso é falso. De onde o senhor tirou essa boataria?" O Artur disse: "Presidente, o Almino está chegando da Câmara e ouviu isso lá". O presidente replicou: "Pera aí, Artur...". No momento, o general Assis Brasil, que era o chefe da Casa Militar, estava passando pelas redondezas da sala dele... General Assis, Artur está me dizendo tal coisa, o que há?" "Nada, presidente, a tropa do general Mourão está num movimento de rotina, não há nada, isso é boataria." "Tu ouviste, Artur?", indagou o presidente. "Não há nada." "Mas o que devo dizer então para o Senado?" "O que tu ouviste de mim, que isso é uma falsidade." Mas a verdade é que, no dia 31 de março, às 12 horas, as tropas já estavam marchando em Minas. Eu vim para casa, almocei, voltei para a Câmara, que fervia mais ainda. Era um tumulto só. Entrei novamente em uma das rodas, continuei ouvindo a mesma informação, agora com mais detalhes. Perguntei: "De onde vocês tiraram tudo isso? Acabei de ouvir o contrário do presidente João Goulart, por conseguinte, isso aqui é uma doidice!" Estava na roda o deputado Carlos Murilo, sobrinho do presidente Juscelino. Puxou-me da roda, levou-me para um canto e disse: "Almino, se você está dizendo para abafar apreensões, não sei se vale ou se não vale, mas, se o presidente João Goulart supõe que o que disse a vocês é verdade, está perdido! As tropas estão marchando, pela madrugada o governador Magalhães Pinto já assumiu como comandante civil da revolução, e o general Guedes, comandante do Exército de Minas, por igual. É real que Minas está em pé de guerra!" Passamos o resto da tarde e da noite, tentando nos informar. À noite, tivemos uma reunião na Câmara, devia ser mais ou menos meia-noite, eu estava na tribuna, criticando duramente os golpistas, sobretudo o aplauso da União Democrática Nacional (UDN) – um partido democrático ou que pretendia ser, o partido de bacharéis – aquela insurreição. E tantos outros personagens tidos e havidos como democratas que tinham tirado a máscara e eu a fustigá-los com toda a violência verbal que podia, quando, no fundo do plenário, surgiu uma vintena de deputados, com as mãos para o alto, a gritar: "Viva São Paulo, viva São Paulo!" E eu disse: "O que está acontecendo?" Imediatamente, o deputado Bocaiúva Cunha mandou-me um bilhete, dizendo: "O Kruel acaba de aderir ao golpe". Aquilo era uma pancada violentíssima nas nossas possibilidades, porque o Kruel era o comandante do II Exército. Era amigo do presidente, padrinho do filho dele, o João Vicente. Naquele segundo, tomei consciência plena de que estávamos "num mato sem cachorro". E continuei meu discurso, então de uma violência total. Nunca fiz um discurso tão violento na vida, fiz nesse dia. Isso foi ao longo da primeira hora do dia 1º de abril.

Antes, o senhor foi ministro do Trabalho, não é?

Havia sido ministro do Trabalho até o fim de junho de 1963. Nesse instante, eu já tinha retornado à Câmara.

E era líder do PTB?

Não. Eu era líder do PTB antes de ir para o Ministério. Quando voltei, o líder era o deputado Doutel de Andrade. Atravessamos a noite nesse quadro de inseguranças. No dia seguinte, o presidente veio do Rio para Brasília e, pela manhã, numa certa hora, ele nos mandou chamar na Granja do Torto, onde residia. Foram para lá: deputado Tancredo Neves, eu, senador Artur

Virgílio, deputado Doutel de Andrade, e uma figura extraordinária da Câmara naquela época, Temperane Pereira, professor de Economia, grande orador e uma cabeça pensante. Lá ficamos a analisar o quadro do País e as perspectivas que podíamos ter ou deixar de ter para conter essa insurreição que ia se alastrando a cada momento. O presidente João Goulart, com a barba crescida, vestindo um terno inteiramente amassado, ou seja, dando mostras de que atravessava a noite realmente sofrendo com aquele drama político e pessoal que ele estava vivendo. De repente, tocou o telefone do Rio Grande do Sul o general Ladário Telles, o comandante do III Exército, que tinha ido para lá havia pouco tempo, substituindo o general Jair Dantas, que estava acometido de câncer no Rio de Janeiro...

Então era real essa doença?

Era real, ele estava internado. O general Ladário era um homem da maior respeitabilidade militar e pessoal. Todos nós tínhamos uma grande admiração por ele. Saber que o presidente tinha mandado o Ladário para lá nos dava uma grande tranqüilidade, porque, além do III Exército, havia a força militar do Estado, que era também muito ligada ao Brizola, as brigadas gaúchas. O general Ladário dizia ao presidente que era urgente ele ir para o Rio Grande, porque, à medida que iam chegando notícias da adesão de setores militares, de regimentos do Exército, do diabo, tornava-se mais difícil a manutenção das forças militares no Rio Grande, apoiando o governo constituído, então era urgente ele ir para lá. O presidente conversou conosco e decidiu, no final daquela mesma tarde, viajar para o Rio Grande, levando quase todo o seu Ministério. A idéia era montar o governo João Goulart no Rio Grande. Ter um ponto de sustentação, não apenas jurídico, mas, sobretudo, político e militar. Aí decidimos que era importante que o presidente fizesse uma proclamação, pois ele tinha saído do Rio, estava em Brasília, a capital, e não tinha feito nenhuma proclamação ao País. Acharmos que sair sem dizer nada era uma confissão de fraqueza. Ele pediu ao Tancredo que redigisse a manifestação, então o Tancredo improvisava e eu datilografava. A partir de um certo instante, o texto foi ganhando uma cara tão parecida com a carta-testamento do Getúlio que eu disse: "Ô, Tancredo, pelo que eu vejo, foi você o autor da carta do Getúlio... Uma gargalhada geral, até ele gargalhou. Feita a proclamação, gravamos para distribuir para as rádios, enfim, onde houvesse condições de divulgar.

A televisão ainda não era importante?

Não era, mas tinha já sua expressão no Rio, em São Paulo, no Recife, creio que em Belo Horizonte, nada semelhante a hoje, nacionalmente era ainda o rádio. Era importante distribuir aquela nota com urgência para o rádio, mas a gravação foi tão sem ânimo, o presidente falou com tanta falta de alma, que pensei: "Estamos mal, porque evidentemente isso não é alma de um presidente em condições de comandar a resistência". No começo da noite, fomos para o aeroporto, onde nos esperava o avião mais moderno que havia na época. Era um Coronado, da Varig, recém-comprado, de alta velocidade, que chegaria rápido ao Rio Grande. Brizola já estava lá, já estavam lá outras lideranças e logo chegaria o presidente com o seu governo. Fomos para o aeroporto, que estava cheio de parlamentares que tinham vindo prestar homenagens ao presidente. Chegou o general Fico, comandante do Exército em Brasília. Ele costumava ser muito cortês conosco. Nesse dia não demonstrou cortesia alguma, ele estava severo. Não gostei da severidade. Sobre tudo não gostei do fato de ele ter demorado tão pouco no aeroporto. O presidente entrou no avião, e o general Fico se retirou. Naquele dia, percebi que o poder cai rápido. Senão, ele teria esperado o avião decolar, não é? E também os demais parlamentares foram indo embora. Ficamos três pessoas no aeroporto: Tancredo, Bocaiúva Cunha e eu. E o avião não decolava, passava o tempo e nada, devia passar de 23 horas e o

avião não decolava. Começamos a ficar com um certo mal-estar. Tudo indicava que era um boicote, e não uma pane, o avião era moderno, era o mais novo que tínhamos no País. Aí eu disse para os meus companheiros: "Vocês não acham que devemos ir até o interior do avião falar com o presidente? Porque ele tem que mudar de avião. Esse homem vai ser preso aqui, agora!" Tancredo e Bocaiúva concordaram de imediato. Saímos para o pátio a fim de levar nossa opinião ao presidente. Um regimento da Aeronáutica que estava ali levantou as baionetas, procurando impedir que passássemos, e o Tancredo deu um enorme brado de revolta: "Respeitem!" O oficial chegou, fez os soldados baixarem as baionetas, e lá fomos até a escadinha do avião. Nesse instante, o presidente estava descendo do avião, ele e os seus ministros. Depois de quase duas horas aguardando a decolagem, decidira ir para outro avião, um Avro, acho que da FAB.

O piloto particular do Jango, o Maneco Leães, disse que era um Avro da FAB, pilotado por um capitão que era filho do general Lott.

Eu sei que era lento, um turboélice, uma lesma comparado ao outro. Voltamos e fomos para a casa do deputado Bocaiúva Cunha e estávamos nas clássicas análises intermináveis, quando tocou o telefone do Congresso, transmitindo a convocação do presidente do Senado, Auro Moura Andrade, para uma reunião extraordinária à 1 hora da manhã. E lá fomos. Pouco tempo depois de aberta a sessão, chegou uma carta do Darcy Ribeiro, que era chefe da Casa Civil, comunicando ao presidente do Congresso que o presidente João Goulart estava em viagem entre Brasília e Porto Alegre, portanto em território nacional, para que não houvesse dúvida de que o poder estava constituído. Auro leu a carta, não fez nenhum comentário, analisou brevemente o quadro político brasileiro e, para espanto de todo mundo, declarou vago o cargo de presidente da República. Portanto, o golpe foi dado formalmente pelo presidente do Congresso Nacional.

O senhor acha que o fato de João Goulart não ter sido eleito para presidente, e depois ter sido obrigado a aceitar o parlamentarismo, enfraqueceu sua liderança?

Não. O período é que era conturbado, ele era um grande líder. Além disso, não podemos esquecer que, naquela época, o vice-presidente era eleito com voto próprio. E o Jango foi eleito duas vezes para a vice-presidência, no governo Juscelino, e depois a reeleição como vice do Jânio, sempre com uma grande votação. Além disso, o João Goulart teve uma vitória espantosa no plebiscito. Foram 10 milhões de votos a favor do "não" à continuidade parlamentarista, num total de eleitores da ordem de 12 milhões. Uma vitória esmagadora. Como é irritante essa análise tão pobre a respeito do Jango... Esse homem chegou ao governo no bojo de uma crise política sem precedentes, à beira de uma guerra civil. Quando o Brizola levantou o Rio Grande do Sul para defender a posse do Jango depois da renúncia do Jânio, com o apoio do general Machado Lopes, comandante do III Exército, e o general Orlando Geisel, chefe de gabinete do ministro da Guerra, determinou que a força aérea do Rio Grande bombardeasse o Palácio Piratini, e não houve bombardeio, porque os soldados e cabos sabotaram os aviões que ficaram impossibilitados de voar, quando os oficiais da Aeronáutica montaram a Operação Mosquito para abater o avião de Jango, que vinha tomar posse em Brasília, no dia 7 de setembro de 1961, e mais uma vez os soldados, cabos e sargentos frustraram a operação, imagine o rescaldo que ficou disso. Os oficiais ficaram desmoralizados, o princípio da hierarquia se quebrou. Era tal o clima de hostilidade, que os oficiais não confiavam mais aos sargentos a guarda dos pavilhões em que os oficiais dormiam, quando estavam nos quartéis. Eles mesmos faziam a guarda. Aquele era um período efervescente, maravilhoso, de emergência popular em todos os níveis, mas, quando isso ocorre no Exército, na Marinha, na Aeronáutica, o peso é

outro. De repente perde-se o controle. E o fator de equilíbrio, nesse quadro de insegurança, era justamente o presidente João Goulart, porque foi ele o beneficiário do apoio que permitiu a manutenção e a restauração da ordem que, bem ou mal, foi aceita pelas classes dominantes como uma situação de fato. Ele foi, sim, uma grande liderança.

Alguns historiadores dizem que, depois do plebiscito, houve uma radicalização do governo Jango.

Não gosto de dizer que a radicalização é do governo Jango, porque a radicalização é da sociedade. Isso é correto. Dizer que o Jango radicalizou pode endossar a tese, que não é, de modo algum, verdadeira de que ele teria tentado dar um golpe de estado e por isso estaria tumultuando, como até hoje tem gente dizendo. Agora veja bem quem foram os ministros que o Jango escolheu na fase presidencialista: José Ermírio de Moraes, San Tiago Dantas, Theotônio Monteiro de Barros, Eliezer Batista, Carvalho Pinto... Como é que com esses homens ele conspiraria para dar um golpe? As coisas têm de ter lógica! Agora, quando se tem um quadro de emergência popular, e o governo respeita o povo, ouve as reivindicações, concede direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais, defende a reforma agrária – e isso em uma sociedade patriarcal em que os senhores de terra até então podiam tudo –, aí acontecem as radicalizações. Surgem as frases "reforma agrária na lei ou na marra", os fazendeiros fantasiam, imaginam que aqueles que até então eram uns coitados vão lhes tomar as fazendas à foice. Ou quando o governo instituiu a escala móvel de salários, o reajuste automático para compensar a inflação que estava comendo os salários, o que aconteceu? Foi fantástico do ponto de vista social, mas, do ponto de vista empresarial, qual foi a reação? Isso veio como reivindicação dos sindicatos, das associações, da sociedade organizada. Eu diria que o Jango era como um jovem diretor que assume um colégio onde os estudantes estão, há muito, reprimidos e passa a ouvi-los, é acessível, dialoga. É um fervedouro muito rico e também um tanto caótico, não há como evitar.

O senhor acha que o nacionalismo do governo contribuiu para a queda de Jango? O conflito com os Estados Unidos foi fundamental?

Foi, sim, mas também não foi o governo brasileiro que radicalizou. Veja o caso da Lei de Remessas de Lucros: a lei vinha sendo debatida no Congresso como qualquer outra e nem fomos pioneiros nisso, a lei da Índia para isso é muito mais radical do que a nossa. E quando ela foi aprovada, o que aconteceu? O embaixador Lincoln Gordon foi protestar com o presidente! Isso é descabido. Como um embaixador pode querer discutir qual deve ser a lei do meu país? Outra coisa que irritou os americanos: a retomada das relações com a União Soviética, rompidas pelo general Dutra. Ora, o mundo naquele momento estava dividido entre o poderio da URSS e o dos Estados Unidos. O que era mais interessante para o País? Negociar com os dois lados ou aderir a uma das potências e ficar de joelhos? Isso nos trazia vantagens econômicas também. Por exemplo: o governo negociou com a Tchecoslováquia a compra de helicópteros com pagamento em café. Como também pagamos o petróleo que compramos da União Soviética com café. Quer coisa mais sensata? Os Estados Unidos protestaram: "Senhor presidente, isso não é uma transação econômica, é uma transação política". E qual a resposta do presidente brasileiro? "Tudo bem, então me façam uma proposta política similar que eu opto pelos Estados Unidos. Me mandem helicópteros que eu pago com café". Não é de uma obviedade a resposta? Mas os Estados Unidos entenderam como: o meu quintal está se libertando. Isso é radicalizar? Ou quando nacionalizamos a Hanna Corporation, as companhias de ferro, em Minas. Minas era um lugar ocupado por elas. Foram nacionalizadas. Por que não? E também a IT&T no Rio Grande do Sul. Do lado dos interesses genuínos nacionais, frente ao

predomínio americano, passamos a ter realmente essas atitudes, não de agressão, mas de defesa do interesse nacional.

E o senhor acredita que os Estados Unidos atuaram para derrubar o governo?

Não tenho dúvida nenhuma, até porque os Estados Unidos sempre fizeram isso no mundo inteiro. Como ela se deu, a ação dos mecanismos internos, só vamos saber quando os Estados Unidos liberarem os muitos papéis que ainda mantêm em sigilo sobre o golpe no Brasil. A participação do governo americano através da CIA para derrubar governos era corrente nos sete mares. Por que conosco não terá sido, já que nos submetíamos aos interesses deles? E havia o exemplo de Cuba, que, na época, ganhou uma significação muito grande na esquerda e na juventude em geral. Independentemente de ser direita ou esquerda. Havia um lado heróico, romântico. Aquela ilhota ali, de frente para os Estados Unidos, dizendo: "Eu sou independente de vocês". E aí veio a crise dos mísseis, o momento em que eles se apavoraram com os mísseis russos instalados em Cuba e começaram a ameaçar invadir a ilha. E mandaram uma carta ao presidente João Goulart, que é praticamente uma convocação, dizendo: "Vamos trabalhar juntos pela segurança do continente" – e patati, patatá. E o João Goulart convocou uma reunião no palácio. Participaram dessa reunião: professor San Tiago Santos, doutor Evandro Lins e Silva, general Albino Silva, que era o chefe da Casa Militar, e eu, que era líder do PTB. E se decidiu mandar uma carta diretamente ao Kennedy, recusando. Uma carta altiva, linda, ressaltando um dos princípios mais importantes da nossa diplomacia, o princípio da não-ingerência nos negócios dos outros países. Como contrapeso, oferecia que o Brasil fizesse a mediação entre os Estados Unidos e Cuba, o que foi aceito por eles. Essa carta foi escrita pelo San Tiago Dantas e entregue ao embaixador americano Lincoln Gordon pelo secretário de imprensa Raul Riff. Mas a negativa do presidente em aderir àquela convocação, com certeza irritou ainda mais os americanos. Esse quadro foi se agravando.

Se o senhor fosse explicar a um jovem de hoje, em poucas palavras, por que o Jango caiu, o que diria?

Diria que houve um golpe de estado. Não foi o Jango que caiu, foi toda uma ordem. Porque o que estava em jogo naquele momento não era o Jango em si, nem Brizola, não era o Arraes, ou o Julião, as principais lideranças daquelas forças que eram consideradas de esquerda no sentido amplo do termo. Se fosse isso, não viveríamos 21 anos de regime militar. Se fossem eles a razão de ser do golpe, ponha cinco anos e o País teria sido redemocratizado. A ordem teria sido restabelecida. O presidente poderia ter ficado no exílio a vida inteira, Brizola também, ou voltado sem direitos políticos. Não, é que havia uma emergência popular, essa é a minha tese. Emergência popular, em todos os níveis. Os estudantes queriam coisas, os trabalhadores rurais queriam, pela primeira vez, ter direito a salário, os direitos trabalhistas. E os trabalhadores do campo, que geralmente trabalhavam com a meia, com a terça, com o cambão, queriam acesso à terra, reforma agrária. Os trabalhadores, os soldados, os sargentos queriam ter direito a cursar uma universidade. Quer coisa mais linda? Os soldados, os cabos, os sargentos, inclusive, queriam ter direito ao voto, uma coisa tão banal. Os sargentos queriam direito de voto. De repente, a sociedade acordou. As mulheres começaram a se organizar. Não havia mulheres organizadas no País até então, salvo coisas mais antigas daquela Berta Lutz, mas tinham ficado lá atrás, na luta pelo direito de as mulheres votarem. Mas não bastava só isso para as mulheres. Elas, cada vez mais, querendo outras conquistas. Então começaram a se organizar e a entrar nesse debate com os homens. Lá estavam as mulheres. Os padres deixaram de dizer a Bíblia, citando versículos de Davi, começaram a discutir o que é o dever do católico, numa sociedade pobre, esmagada pela fome, pelo desemprego, pela prostituição.

Esses eram os sermões. Se você fosse a igrejas dos dominicanos, naquela época, eram comícios. Frei Josaphat, Frei Chico... Os intelectuais criaram o Comando Geral dos Intelectuais, o CGI, presidido pelo professor Vieira Pinto, um filósofo. E o ISEB, que existia desde o tempo do Juscelino, estava a todo vapor. Lá estavam o Guerreiro Ramos, o Roland Corbusier, as grandes figuras da intelectualidade. Foi um período de muitos livros publicados. As poesias... Havia uma coleção, *Vilões da Rua*, de poesia de cunho social. O Vinícius, que era o poeta da intimidade, da delicadeza, tem dois ou três poemas fantásticos dessa época. Foi essa efervescência maravilhosa que o golpe derrubou.

Além dos militares e dos Estados Unidos, quem mais participou do golpe?

Foi a soma dessas forças. As forças militares, sem dúvida, logradas por um temor de que de fato essas teses pudessem desaguar numa proposta mais radical, por vesguice, mas havia o temor. Segundo, pela queda da hierarquia que foi se dando. Portanto, os militares tiveram um papel decisivo sem dúvida. Depois, as lideranças políticas conservadoras, a UDN, o Lacerda, que, aliás, foi marginalizado em seguida, mas no primeiro momento ajudou. O PSD, apesar de já ter na época a candidatura do Juscelino para a futura eleição, fez parte do movimento golpista. Para os setores externos, sem dúvida, a Lei de Remessa de Lucros incomodou – o empresariado americano aqui jogou o seu papel –, além do que já falamos sobre a irritação dos Estados Unidos com a nossa política externa. A elite brasileira que temia as reformas de base que a sociedade apoiava. E a gente tinha uma dificuldade enorme de fazer reformas! A reforma agrária, por exemplo, não avançava, porque havia o artigo 141 da Constituição de 1946 que estabelecia o seguinte: para desapropriar as terras, a indenização tinha de ser paga previamente e em dinheiro. Impossível! O irônico é que foram os militares que depois acabaram conseguindo derrubar esse artigo.

E o senhor considera que, apesar da pressão, o Jango conseguiu realizar coisas importantes?

Veja bem. O governo presidencialista do Jango durou um ano, dois meses e dez dias. O parlamentarista, um ano, quatro meses e quinze dias. Vou listar o que acho que aconteceu de mais importante nesse período: lei 4.171/62, que disciplina os capitais estrangeiros; lei 4.117/62, que definiu o Código Brasileiro de Comunicações; lei 4.118/62, que fixou a política nacional de energia nuclear. Além das emendas enviadas ao Congresso, relativas à suspensão do artigo 141 da Constituição Federal, entre elas aquela sobre a indenização da terra desapropriada para reforma agrária. Ao longo de 1963: decreto 53.337, que instituiu o monopólio de importação de petróleo; o Plano Nacional de Telecomunicação, vinculado à criação da Embratel; cassação de todas as concessões de pesquisa e lavra de minérios que infringiam as disposições do Código de Minas e da Constituição. Além da política externa independente realizada pelo San Tiago Dantas, que eu já expliquei: compro ou não compro, faço ou não faço.

E por que Jango não resistiu?

Ele tentou resistir. Primeiro, havia um chefe da Casa Militar, que informou no dia 31 de março que não estava acontecendo nada. Foi o presidente que não quis saber, ou o diabo do chefe militar era um imbecil? Segundo, as forças militares imediatas que estavam ligadas a ele, vamos dizer a palavra exata, o trairam. Veja a história do Krueger, que na hora H marchou com o II Exército sobre o Rio de Janeiro. Ligou para o presidente tarde da noite do dia 31 e propôs que ele fechasse a CGT, o Clube Militar, a União Nacional de Estudantes (UNE), demitisse os "comunistas" do governo, ou seja, uma proposta dos golpistas que o presidente não podia

obviamente aceitar, e ainda disse que tentou negociar. Usou isso como justificativa para trair. O comandante do IV Exército, general Justino Alves Bastos, que havia garantido a Jango sua lealdade, também o traiu. O ministro da Guerra estava no hospital. Ainda assim, ordenou o combate às tropas de Mourão por uma tropa comandada por um general elegantíssimo, considerado de esquerda, intelectual, o Oromar Osório. O general colocou na vanguarda da tropa um coronel, Raymundo Ferreira de Souza, e, num ponto xis da caminhada, esse sujeito, que tinha sido assessor do marechal Odílio Denys, foi convidado por ele, um conspirador de todas as horas, para conversar.

Mas ele não estava marchando?

Sim, mas o marechal sabia como alcançá-lo, e os dois se falaram por telefone. É curioso o vínculo entre os militares e os seus superiores. É uma coisa quase de filiação, de relação paterna. E o coronel aderiu ao marechal Denys. Ora, por que o general Oromar não colocou na vanguarda da tropa uma figura realmente capaz de usar calças compridas, não é? As tropas de vanguarda confraternizaram com as tropas do general Mourão e, em vez de combatê-las, vieram com elas para o Rio. Foi o presidente João Goulart o culpado? Não. A base aérea do Rio de Janeiro era comandada pelo brigadeiro Francisco Teixeira, que todo mundo considerava homem de esquerda. Recebeu ordem de usar os aviões. Não voou um. Por que não voou? Foi o presidente que determinou que não voasse? Não. Conta-se, como crítica a João Goulart, que o almirante Cândido Aragão foi ao palácio, já com as coisas deflagradas, e pediu autorização para os fuzileiros navais dominarem o Palácio Guanabara, reduto do Lacerda. O presidente disse: "Aragão, eu não posso fazer isso. Há um plano militar de defesa do Rio. Esse plano militar está entregue ao general Armando Âncora, o comandante do I Exército. Como é que eu posso, sabendo da existência disso, ficar dizendo ataque por aqui, por ali? Cabe ao general Âncora entender-se com você e fazer as coisas que deve". Errou o presidente? Não errou.

E o general Âncora deu para trás?

Não fez nada. Essa é a verdade. Por pouco. o presidente João Goulart não foi preso no Rio. Então, só restou ao presidente ir para Brasília e, vendo tudo perdido, ir para o Rio Grande do Sul, que era o que tinha sobrado em termos militares. Ele foi para lá para resistir. Quando chegou, houve um encontro dele, com seus ministros, o general Ladário e o Brizola, que considerava ser possível a resistência. É uma das críticas do Brizola ao Jango. Agora ouve a resposta: o general apareceu, fez um discurso, uma exposição, analisando o quadro do Rio Grande, e concluindo que a resistência não era mais possível no Rio Grande. Isso, assim que o Jango foi recebido em Porto Alegre. E terminou a sua mensagem dizendo: "Presidente, entretanto, me autorize a mim e alguns companheiros meus, que enfrentemos isso como possamos, para lavar com o nosso sangue a honra da nossa farda". Responde para mim se o presidente tinha direito de mandar esses homens morrer. Porque Ladário estava pedindo para morrer. Então, dizer que o presidente não quis lutar, não deu ordens pra lutar, ah!, vai pro diabo! Por que os outros não lutaram? Por que o Brizola não lutou com a brigada? E o Julião, com as forças camponesas, lutou? Não. Quando o presidente Mazzili mandou nos dizer, a mim e a ele, que seríamos presos, o Julião ficou homiziado na Câmara dos Deputados. Vários dias.

Em Brasília?

Em Brasília. Eu fui para o sertão da Bahia, levado pelo Rubens Paiva, pelo Bocaiúva Cunha. Até que sentimos que a Câmara continuava funcionando e era uma situação vexatória ficar no sertão. Aí voltei. E, ao voltar, se configurou aquele momento em que se deu a cassação do meu mandato. O Julião foi para aquelas redondezas de Brasília e ficou escondido no casebre de um

camponês em Goiás, nos arredores de Brasília. Cadê a organização popular? Os comunistas, tão temidos como forças capazes de tomar o poder, o que fizeram? Que greve nacional houve dos trabalhadores? O País ficou paralisado. O País não estava realmente numa marcha para uma revolução. Essa é uma falsidade. Há poucos dias, vi uma entrevista do Passarinho, dizendo que o golpe deles foi uma contra-revolução. Tenha dó! Não havia organização para uma revolução. Estávamos numa luta política.

E na luta política, o senhor acha que teria sido possível algum acordo que evitasse o golpe? Afinal, o Jango era um político tarimbado, considerado um conciliador.

Não quero ser injusto com o Brizola. Ele teve um mérito extraordinário ao fazer a Cadeia da Legalidade, importantíssima para garantir a posse do Jango, evitar o golpe de 1961. Mas a verdade é que ele criou muitos problemas para o Jango no governo. Vou dar só um exemplo de grande importância histórica, por ser exatamente o que você perguntou: uma tentativa de encontrar uma saída para a conspiração que todos sabíamos que estava ocorrendo. Lá por fevereiro de 1964, o presidente, sentindo que as coisas estavam se asfixiando, chamou o San Tiago Dantas e entregou a ele a tarefa de formular uma proposta, um plano de emergência. Chamava-se Frente Ampla de Apoio às Reformas de Base. E deu a mim a tarefa de fazer duas visitas: uma a Tancredo Neves, uma grande liderança do PSD, e outra ao João Ribeiro, uma liderança da UDN na Paraíba. A idéia era fazer um governo acima dos partidos. Inclusive haveria uma reforma ministerial com nomes indicados pelos participantes da Frente. Chegaríamos com a proposta. Eles opinariam e assim se criaria a base do compromisso político desse governo suprapartidário. Com isso, teríamos maioria parlamentar. Arrebatava as dinâmicas regionais do PTB, mas sairíamos do atoleiro. Era um plano de salvação nacional. Fiquei fascinado e fui conversar com o Tancredo e o João Ribeiro, que toparam na hora. Passamos a nos reunir na casa do San Tiago Dantas, elaboramos um programa que até foi publicado na íntegra na *Folha de S. Paulo* da época. É claro que o pressuposto disso era que o PTB viesse inteiro, não é óbvio? Diante disso, o doutor Brizola, puft, foi para o Rio Grande. E não voltava. E o Brizola era uma liderança, tinha lastro, precisávamos da concordância dele para fechar o programa. Daí, da casa do San Tiago Dantas, liguei pra ele. "Estou aqui no Rio Grande, aqui na minha querência..." E eu: "Nós estamos aqui com o texto praticamente pronto, mas não podemos apresentar a terceiros sem que ele seja nosso, e o 'nosso' pressupõe a sua participação". E ele fazendo jogo, negaça. Aí entreguei o telefone ao San Tiago, que obteve o compromisso de Brizola de vir ao Rio, o que ele fez no dia seguinte. Marcou um encontro do grupo dele e eu, louco para que as coisas dessem certo, fui também. Éramos muito próximos naquela época. O Arraes, que por acaso estava ali no Rio, foi também. E o Brizola, que era o líder, que teria de trazer o grupo para apoiar a Frente, comandou o tempo todo o "não", com o argumento de que aquilo esvaziaria a proposta progressista do PTB. Ora, não tínhamos condições de fazer uma proposta mais avançada sozinhos. Tínhamos uma crise social e política a galope. Sabíamos que havia uma conspiração em marcha. Não era o caso de encontrar uma saída política, mesmo que não fosse a ideal? Ou a saída era o Grupo dos Onze, que não tinha nem um canivete para lutar? Ficou-se a noite toda naquilo. Amanhecemos o dia com o "não" da força do Brizola. Só me restou dizer ao San Tiago que tudo estava encerrado. Uma notícia dramática naquele momento. Para você ter idéia de como as coisas tinham avançado, nesse intervalo, enquanto o Brizola negaceava, San Tiago e eu tivemos um encontro no Rio com o governador de Minas, Magalhães Pinto, no apartamento dele, que, aliás, era no mesmo prédio do Jango, e com o ex-chanceler Afonso Arinos, para discutir alternativas. Veja bem, isso era às vésperas do golpe e, nessa conversa, eles admitiram realmente uma saída de

coalizão. Alguns dias depois, houve o golpe. Eu diria que, naquele momento, eles estavam com um pé em cada canoa. E o Brizola afundou uma delas.

"EFEITOS AINDA PERSISTEM"

*O cardeal Paulo Evaristo Arns, que esteve à frente da Arquidiocese de São Paulo entre 1970 e 1998, foi uma das pessoas que mais se destacaram na denúncia e no combate às violações de direitos humanos durante a ditadura. Tornou-se uma espécie de emblema na defesa dos direitos humanos, segundo o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Uma curiosidade da biografia desse frade franciscano é que, em 1964, ele apoiou o golpe militar – assim como a maioria do clero brasileiro – com medo do comunismo. Após ser nomeado bispo, seria uma peça fundamental na virada da Igreja que, de aliada, passou a figurar entre os principais inimigos do regime. Nesta entrevista, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em 31 de Março de 2004, o cardeal, aposentado, conta como mudou de posição e avalia que os brasileiros ainda sofrem os efeitos da ditadura, que tornou o Estado mais pesado e menos capaz de distribuir as riquezas.*

Estado – A Igreja apoiou o golpe, mas depois rompeu com o regime. O senhor poderia sinalizar o momento dessa inflexão?

D. Paulo – Minha mudança ocorreu com a cassação dos antigos presidentes. Quando cassaram o Juscelino Kubitschek, o Jânio Quadros e um grupo de pessoas de importância política, embora se possa discutir seus valores, minha simpatia acabou. As pessoas eram cassadas, sem julgamento, por ordem superior, como se fosse questão administrativa. Outro fator importante: ao ser nomeado bispo-auxiliar de São Paulo, em 1966, fui trabalhar na zona norte, onde fica a maioria dos presídios. Ao visitá-los, descobri a tortura. Em 1970, num sábado à tarde, quando sabia que os delegados saíam para passear, vesti minha indumentária de cardeal e arrisquei: fui ao Dops tentar ver os presos torturados. Quando tentaram me barrar, ergui a voz, disse que era o arcebispo de São Paulo e que a Constituição me assegurava o direito de visitar os religiosos. Entrei e conheci as pessoas torturadas. Eram tantas. Saí de lá dizendo: “Não é possível conviver com um regime que tortura.”

Estado – Apesar das divergências, a Igreja e o regime sempre tentaram manter o diálogo. O senhor teve bom relacionamento com os militares?

D. Paulo – Os militares nunca fecharam totalmente a possibilidade de diálogo. Em São Paulo, houve só uma exceção, o general Humberto Souza e Mello, um gordo, cujo apelido era Jumbo. Apesar de todas as minhas tentativas, ele nunca quis dialogar e certa vez chegou a pensar em me confinar na sede da arquidiocese. Mas foi desautorizado pelo ministro do Exército, Orlando Geisel. O sucessor dele, o Ednardo D’Ávila Mello, deposto da chefia do 2.º Exército pelo Ernesto Geisel, após as mortes do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho, nas mãos da polícia, foi um choque para mim. Parecia elegante e educado, mas logo descobri que não respeitava nem a ética nem a religião.

Estado – E quanto ao sucessor dele, o general Dilermando Gomes Monteiro?

D. Paulo – Ele se tornou meu amigo. Chegamos a conversar até três vezes por dia. Falávamos de tudo, abertamente. Só uma coisa ele não me concedeu: licença para visitar as câmaras de tortura, que todos sabíamos que existiam, na Rua Tutóia. Respondeu que podia até perder o cargo se atendesse ao meu pedido. Ele era uma voz discordante no governo.

Estado – Mas ele era o comandante do 2.º Exército em 1977, quando a PM, sob o comando do coronel Erasmo Dias, invadiu e depredou a PUC.

D. Paulo – O Erasmo tinha poder absoluto em São Paulo. Mandava mais que o governador Paulo Egydio.

Estado – O senhor foi submetido a algum tipo de humilhação pelas autoridades militares?

D. Paulo – Existe um protocolo, entre o governo brasileiro e o Vaticano, no qual o cardeal tem a mesma posição de um vice-presidente. Eles observaram isso até o fim. Só me lembro de uma grosseria, quando telefonei para um general e perguntei se poderia me responder. Ele perguntou: “É d. Paulo Evaristo?” Respondi que sim. Ele desligou. Também passei por um episódio desagradável com o Médici. Fui reclamar das injustiças praticadas em São Paulo, e ele respondeu que eu estava defendendo bandidos e que meu lugar era na sacristia. Praticamente me expulsou da sala, quando levantou e disse “muito obrigado”. Na despedida, me desculpei por tê-lo desagradado, mas insisti que era tudo verdade.

Estado – Qual foi o pior momento que enfrentou?

D. Paulo – Lembro particularmente de três deles. O primeiro foi o assassinato, na Rua Tutóia, do estudante Alexandre Vanucchi Leme, que estudava na USP. Eles o mataram e depois disseram que havia se matado na prisão. Na celebração que fizemos em memória dele, a catedral ficou cheia de estudantes. O segundo momento foi a morte de Vladimir Herzog, da TV Cultura, que eu admirava como homem e como jornalista. Telefonei para o general Golbery, com quem eu me dava muito bem, e contei o ocorrido. Ouvi ele bater na mesa, enquanto dizia: “Isso é uma traição!” No culto ecumênico que fizemos na Sé em homenagem a Vlado, eu lembrei o mandamento “Não matarás”, dizendo que é maldito quem mancha suas mãos com o sangue de seu irmão. O terceiro momento de grande dificuldade foi a invasão da PUC.

Estado – Como recebeu a informação, dada por Elio Gaspari, de que o presidente Ernesto Geisel considerava a tortura inevitável?

D. Paulo – Fiquei surpreso. O general Golbery sempre assegurou que o Geisel não aceitava a tortura e lutava contra ela, desde o governo do Castelo Branco. Agora soube que ele apoiava a tortura como forma de obter informações que não seriam conseguidas de outra maneira. Um chefe de polícia de São Paulo, chamado Bauer, já havia me dito isso certa vez e eu respondi: “Quem aceita isso, não é cristão. Trata-se de um atentado gravíssimo contra a dignidade da pessoa.”

Estado – Como vê João Goulart?

D. Paulo – Conversei várias vezes com ele. Era um homem bom, mas fraco. Não foi feito para governar. Se tivesse aceitado a idéia do parlamentarismo e nomeado um primeiro ministro forte, dando-lhe apoio, talvez tivesse salvado o País dessa transição para o regime militar.

Estado – Passados 40 anos do golpe, que balanço o senhor faz?

D. Paulo – Os militares se meteram numa coisa para a qual não estavam preparados. Se um civil tivesse assumido a Presidência, a história seria totalmente diferente. Cada militar que assumia o poder era mais duro que o outro, com exceção do Geisel, que teve de ser mais aberto, pois a revolução ameaçava explodir em sangue. Na minha opinião, os efeitos da revolução ainda não acabaram. Foram herdadas dela, entre outras coisas, as relações que hoje temos com os operários e com as forças armadas. A revolução também agravou o problema da distribuição de renda. Como disse o próprio general Médici, o Brasil ficou mais rico, mas o povo

se tornou mais pobre. A revolução empobreceu o povo e o Estado, que se tornou mais esbanjador e menos capaz de distribuir as riquezas.

DESTAQUES DA SEMANA

Entrevista da Semana

"PÂNICO FRIO" SUBSTITUI GUERRA FRIA

*Reproduzimos a entrevista a Paul Virilio feita por Fernando Eichenberg e publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, de 4 de abril de 2004. Paul Virilio, urbanista e filósofo francês, é autor de muitos livros, entre os quais **Ce qui arrive**, Paris: Actes Sud, 2002 e **La Ville panique**, Paris: Galilée, 2002. De Paul Virilio publicamos uma entrevista no **IHU On-Line** n.º 54, de 7 de abril de 2003.*

O espectro do terrorismo faz o filósofo francês Paul Virilio, 72, traçar um quadro sombrio para o século 21. O equilíbrio da Guerra Fria, em que Estados se ameaçavam mutuamente de destruição total, deu lugar, segundo ele, ao desequilíbrio do "Pânico Frio", o confronto em que o terror, seu protagonista, pode agir a qualquer hora, em qualquer lugar. "O terrorista compreendeu que, atacando a cidade, as aglomerações, onde há mais gente e onde se pode provocar maiores estragos, ele tem um poder sem possuir um arsenal", afirma Virilio, que acaba de lançar o livro "La Ville Panique" (a cidade em pânico). O polêmico Virilio é autor de vários ensaios filosóficos, quatro deles traduzidos no Brasil pela Estação Liberdade e pela Editora 34 (**Estratégia da Decepção, Velocidade e Política, A Bomba Informática e O Espaço Crítico**).

Folha - O senhor defende que o grande acidente do século 20 não é o fim da história, mas o fim da geografia, a compressão espacial e temporal. A "cidade em pânico", assim definida pelo senhor, seria a maior catástrofe do século 20.

Paul Virilio - De certa forma, todas as cidades estão no centro do mundo, pelo imediatismo, pela ubiquidade e pela instantaneidade. São o lugar da realidade política. Mais o progresso técnico se desenvolveu, mais a catástrofe se tornou desmesurada. Não é simplesmente a economia que se concentrou na época moderna, mas a vida política. As guerras, antigamente, ocorriam na campanha. Hoje, passou-se de uma estratégia da guerra de fronteiras na escala de um Estado nacional para a concentração na cidade.

Folha - Por isso o senhor cita o prefeito de Filadélfia em meio a tumultos urbanos dos 60: "As fronteiras do Estado passam para o interior das cidades"?

Virilio - Hoje, isso é mais verdadeiro do que nunca, pois, com as telecomunicações, a internet, a instantaneidade, o tempo é mundial. Não vivemos mais o tempo local, dos calendários, das efemérides, mas o tempo mundial, astronômico, da compressão temporal. Vivemos "live". A caixa de ressonância desses acontecimentos é a concentração urbana. A metropolitana do terror supera a geopolítica da grandeza. Antes, ter uma grande e poderosa nação era garantia de paz. Hoje, há o risco absoluto do menor acidente, e não somente de um atentado. Os terroristas jogam com essa fragilidade. Passamos do equilíbrio do terror entre Estados ao desequilíbrio do terror terrorista. O terrorista compreendeu que, atacando a cidade, as

aglomerações, ele tem um poder sem possuir um arsenal. Ultrapassamos a visão da guerra de Clausewitz.

Folha - O senhor critica a "megalomania americana", acusando-a de se situar fora da geografia do mundo.

Virilio - Há um delírio da chamada hiperpotência americana, absolutamente defasado da realidade da ameaça. Há um paradoxo, pois, no Iraque e em outros lugares, os americanos estão na mesma situação que o Exército polonês enviando sua cavalaria contra as divisões Panzer. Eles foram arrasados. Hoje, a hiperpotência americana, apesar de todo seu armamento, é ridicularizada pela novidade da ameaça. A surpresa é uma arma absoluta contra a velocidade absoluta dos mísseis, dos exércitos, dos serviços de informação. Os EUA são como Davi e Goliás, e há qualquer coisa ridícula nesse Goliás americano, e trágica para o mundo, pois somos todos ameaçados pelo infantilismo desse gigante de papelão.

Folha - Segundo o senhor, desde o século 20 assistimos à emergência de um tipo antropológico, o "exterminador", em meio ao novo "desequilíbrio do terror". Quem é ele?

Virilio - Os dois grandes tipos da história antropológica subsistiram, o predador e o produtor. Vemos agora emergir o exterminador. Não é o grande chacinante, genocida, mas aquele que não leva em consideração a finitude do mundo. O mundo se tornou muito pequeno para o progresso científico e técnico. É aquele que não olha o fim, não o fim no sentido apocalíptico, mas no sentido de finitude. Atingimos o limite do habitat ecológico. Toda ação egoísta e insensata pode se tornar escatológica. E a política escatológica exterminadora sempre foi ousada. Primeiro, por meio da bomba atômica e o que foi chamado de equilíbrio do terror. Hoje, esse equilíbrio acabou. Entramos no desequilíbrio do terror terrorista. O exterminador não é mais, simplesmente, um chefe de Estado. No conflito dos mísseis cubanos, em 1961, entre Kennedy e Kruschov, estávamos à beira do extermínio. Hoje, qualquer um pode levar a essa situação. Basta colocar a bomba no lugar preciso, seja pela biologia, o vírus, a contaminação química, a destruição de centrais nucleares ou outras situações trágicas. Na dimensão suicida do novo terrorismo, ele pode ser qualquer pessoa. Passamos da Guerra Fria ao Pânico Frio - a cada momento um sentimento vem despertar o pânico do fim nas populações. Dizendo isso, sou um realista, não um pessimista. Não acredito no apocalipse amanhã. Mas alcançamos o limite, a finitude está aí. O exterminador está entre nós.

Folha - Como esse "hiperterrorismo" provoca a "standardização dos comportamentos e a sincronização das emoções", segundo sua tese, fazendo com que a "democracia de opinião" ceda a uma "democracia da emoção"?

Virilio - A rapidez das informações e a revolução industrial provocaram a standardização das opiniões. A opinião pública foi construída, por meio da imprensa, entre os séculos 18 e 20. Vimos emergir ao lado, e logo adiante da democracia representativa, das eleições, uma democracia de opinião pública, organizada pelos meios de comunicação, essencialmente a imprensa e o rádio. Com a compressão temporal, não se trata mais de standardização da opinião, mas da sincronização da emoção sentida na escala mundial. Há a possibilidade de se ver emergir uma democracia emocional. O terrorismo também joga com isso, por meio do pânico.

Folha - O senhor denuncia a "infowar", a militarização da informação desde 2001: "A mentira estratégica se tornou uma arma de destruição em massa da realidade".

Virilio - A guerra tem três dimensões. A primeira delas é a massa, os grandes batalhões, a massa contra o indivíduo. A segunda é a energia, o que já é mais moderno. É a pólvora, mas é

também a energia da bomba atômica. Por fim, a guerra contemporânea desenvolveu a terceira dimensão: a informação. A informação se tornou um elemento determinante do real, que produz, fabrica o real. Estamos diante da possibilidade de uma guerra ao real, e não somente contra os homens, as nações. Cada indivíduo começa a se perguntar o que é ou não real. Há uma perda da realidade, uma arma de guerra, ao mesmo tempo daqueles que detêm os meios de informação e daqueles que os utilizam de maneira desviada.

Folha - Nessa "infowar", a tela substituiu o front.

Virilio - A tela se tornou um campo de batalha. Tanto ao nível publicitário como no da propaganda política de nações. O grande risco é a "desrealidade" das populações, um tipo de loucura coletiva, de privação de referências. O homem precisa de referências para viver. O imediatismo e a ubiqüidade deformam, fazem desaparecer essas referências, com o risco dessa aceleração da realidade, na qual a loucura coletiva é uma ameaça, uma arma de guerra. O suicida tem uma arma de persuasão em massa. Estamos num período sem referências históricas.

Folha - Qual é o projeto americano de um "exército antipânico", ao qual o senhor se refere no livro?

Virilio - Trata-se de um projeto do Pentágono. Cada vez que há uma guerra, a situação que se segue é incontrolável. Haveria dois exércitos, um para ganhar a guerra, e outro para ganhar a paz. É a lógica de ganhar uma guerra, que já está ganha, mas que se está perdendo. É exatamente esse o paradoxo atual no Iraque.

Folha - O senhor se refere também ao surgimento de um novo tipo de guerra, contra os civis.

Virilio - A primeira guerra foi a guerra dos tumultos, a guerra civil, entre os homens, anterior ao surgimento da estrutura política que produz a guerra nacional, internacional e, enfim, mundial. Hoje, vemos aparecer, com o terrorismo, um novo tipo de guerra, a guerra aos civis. Hoje, o terrorismo recupera isso, e vemos a cidade como campo de batalha da guerra aos civis, pois é lá que eles estão. Estamos assistindo a uma metamorfose dos conflitos.

Folha - O mundo ficou pequeno para o progresso, como o senhor diz?

Virilio - Temos todo o espaço necessário aqui. Estamos diante da necessidade de uma política, um pensamento da finitude, que é o pensamento dos filósofos desde a origem. Não podemos pensar a vida sem pensar a morte. Não podemos fazer uma referência à plenitude sem fazer referência à finitude. Nossas políticas se tornaram idealistas, inclusive as materialistas, que não projetam o fim, exceto de uma maneira terrorista, fatal. O fim não é uma fatalidade, mas um fato. A política, no grande sentido do termo, é a arte do possível, e o possível está face ao fim. Um homem que não vê a possibilidade da morte de uma civilização ou do mundo não é um homem livre, mas, de alguma forma, condicionado pelo idealismo.

Folha - Como o senhor analisa a situação da América Latina e do Brasil?

Virilio - Sou bastante inquieto em relação à América Latina. Meu pai era italiano, minha mãe, bretã, sinto-me um "latino-europeu" e gosto muito da América Latina. É um continente que esteve na vanguarda de muitos pensamentos e que sofre terrivelmente. A pressão que foi feita pela América do Norte sobre a América do Sul ameaça enormemente o futuro da América Latina. Preocupo-me bastante quando vejo o destino desses países, e guardo uma enorme esperança no Brasil. Espero que a América Latina escape ao destino da África, pelo qual nós,

européus, somos em grande parte responsáveis. Os americanos parecem agir na América Latina como nós agimos na África. Espero que a América Latina se salve.

Folha - Pessoalmente, como o senhor vive esses turbulentos tempos?

Virilio - Vivemos um estado de violência que ainda vai durar algumas dezenas de anos. Acredito que o Pânico Frio ainda vá durar uns 20 anos. O mundo que virá depois disso eu não verei, pois tenho 72 anos. Tenho a impressão de que um mundo está acabando, e um outro vai começar. Eu vou acabar junto com esse mundo que está terminando. É o meu tempo. Mas não é nada triste. É apenas impressionante. Não devemos nos desesperar. Creio que a grandeza de nossa época seja a de enfrentar acontecimentos de extrema gravidade. Em Madri, aqueles que reivindicaram o atentado disseram "vocês, os ocidentais, escolheram a vida; nós escolhemos a morte". Creio que, hoje, possamos adotar como slogan "viva a vida!". Esse é o verdadeiro slogan, da esperança, contra os kamikazes e os suicidas. Viva a vida.

Artigo da semana

TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL

*Destacamos como artigo desta semana o texto de Dom Luciano Mendes de Almeida, jesuíta, arcebispo de Mariana, e ex-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, em 3 de abril de 2004. Do arcebispo, **IHU On-Line** publicou uma entrevista na 24ª edição, de 1º de julho de 2002, por ocasião de sua participação no Simpósio Nacional Bem Comum e Solidariedade, promovido pelo IHU em junho de 2002, e um artigo na 85ª edição, de 24 de novembro de 2003.*

Os povos macuxi, uapixana, taurepangue, patamona e ingaricó somam 15.719 índios distribuídos em 152 aldeias com população que pode variar de 50 a 800 pessoas. Esses povos habitam no nordeste do Estado de Roraima entre os rios Tacutu, Mau, Surumu e Miang e a fronteira com a Venezuela. A área recebe o nome de "Terra Indígena Raposa Serra do Sol" e foi demarcada pelo Ministério da Justiça pela portaria nº 820/98.

O primeiro ato administrativo de demarcação do território macuxi tem a data de 16/10/1917. No entanto, as terras foram sendo invadidas por fazendeiros, garimpeiros e outros. Hoje, os ocupantes não-índios, conforme o levantamento da Funai, somam 657 pessoas. Os mais recentes são os plantadores de arroz, que usam agrotóxicos e poluem os igarapés e os rios. Infelizmente tem sido constante a violência contra os índios, com espancamento, tortura e morte, e ainda inaceitável impunidade dos agressores.

A homologação da Terra Raposa Serra do Sol é o grande anseio das comunidades indígenas e só não aconteceu até hoje devido à pressão de grupos econômicos e políticos interessados em ocupar a terra. Aumenta a tensão, que coloca em risco a integridade física e cultural dos povos residentes.

Trata-se de uma questão de justiça e de cumprimento dos direitos estabelecidos na Constituição Federal Brasileira de 5/10/1988, que garante aos índios a posse permanente e o uso exclusivo da terra onde vivem (arts. 231 e 232). O anúncio da próxima homologação da Raposa Serra do Sol pela Presidência da República suscitou reações dos invasores e de grupos políticos com calúnias, ataques, acusações e violências. Chegaram até a bloquear estradas, a ameaçar e seqüestrar missionários que atuam nessas áreas indígenas. Urge, portanto, a pronta e corajosa atuação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para sancionar de modo definitivo a homologação, em forma contínua e sem ressalvas, da área

indígena Raposa Serra do Sol, conforme a portaria 820/98. As lideranças indígenas e a Frente Parlamentar que as defende insistem na imediata homologação da área. A CNBB acaba de manifestar seu apoio, em pronunciamento de 28/03/04, para que os Poderes constituídos do Brasil concedam futuro de paz e vida digna aos povos indígenas que são os legítimos donos da Terra Raposa Serra do Sol.

A decisão do presidente da República virá assim resgatar em Roraima a dívida história de nosso país em relação aos primeiros habitantes, vítimas da cobiça e da violência de tantos invasores. O crescimento da população indígena demonstra que a área homologada deve ser contínua para a conservação da cultura, a melhor qualidade de vida e a redução definitiva de conflitos.

É hora de consolidar nossa democracia, com sua riqueza étnica e cultural, e acreditar no futuro das comunidades indígenas e do desenvolvimento sustentável que promovem. Hoje, a Terra Indígena Raposa Serra do Sol conta com 113 escolas e 187 postos de saúde e com o rebanho de 27 mil bovinos para sua segurança alimentar.

A solidariedade fraterna e cristã, com respeito e estima ao pluralismo étnico e cultural no Brasil, atrairá as bênçãos de Deus a fim de que haja tempos novos de justiça e paz para todos.

Memória

OCTAVIO IANNI 1927-2004

*Celebrando a memória de Octavio Ianni, reproduzimos, em grande parte, a matéria do jornal **Folha de S. Paulo**, 5-4-04. A nota final é de nossa responsabilidade. Oportunamente voltaremos à obra e ao impacto da obra de Octavio Ianni. Os professores do PPG em Ciências Sociais Aplicadas da Unisinos, José Luiz Bica de Mélo e Renato Saul, prestam seus depoimentos logo a seguir, comentando a contribuição do sociólogo.*

O sociólogo Octavio Ianni, 77, morreu no dia de ontem, 4-4-04, em São Paulo. Ele sofria de câncer havia mais de um ano e estava internado no hospital Albert Einstein desde a segunda-feira da semana passada.

Discípulo de Florestan Fernandes (1920-1995), Ianni pertenceu a uma geração de professores da USP decisiva na consolidação dos estudos sociológicos voltados ao conhecimento do país. Ao lado do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, foi pesquisador assistente do autor de **A Revolução Burguesa no Brasil** (1974).

A questão racial e, depois, os problemas do desenvolvimento foram temas muito abordados por Ianni - assuntos, de resto, que marcam essa segunda geração de estudiosos do país, cujos precursores foram os historiadores Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda, entre outros. Ianni estudou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Obteve o título de mestre em 1956 com a dissertação *Raça e Mobilidade Social em Florianópolis*.

De 1958 a 1965, participou com jovens professores da USP da leitura coletiva de **O Capital**, hábito que ficou conhecido como o "Seminário Marx".

Marxista por formação, Ianni foi um crítico severo da era FHC e da gestão Lula, cujo governo qualificou em entrevista concedida em março de "nave de enlouquecidos" que "não se debruçou sobre os problemas nacionais".

Segundo Fernando Henrique, Ianni "era uma pessoa muito íntegra e será sempre reconhecido na sociologia brasileira. Escrevemos dois livros juntos e fomos pesquisadores do Florestan. Depois ele saiu da universidade e chegou a ser meu aluno por um período".

As obras publicadas com Fernando Henrique são: ***Cor e Mobilidade Social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional*** (1960); e ***Homem e Sociedade: leituras básicas de sociologia geral*** (1961). Para Gabriel Cohn, professor de ciência política da USP, a obra de Ianni representa um "jogo entre os grandes panoramas, como desenvolvimento e globalização, e o espaço que dedicava a analisar a malha fina das relações sociais".

"O grande Ianni está nos pequenos ensaios", disse Cohn, que destacou uma publicação do início dos anos 60 chamada "O jovem radical", na qual Ianni aborda a crise e a metamorfose dos jovens.

"Um dos pontos mais marcantes foi o seu estudo sobre a sociologia da cor. Ele contribuiu decisivamente para o entendimento do desenvolvimento brasileiro e, mais recentemente, para a análise da globalização", afirmou o economista Paul Singer, atual secretário de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e um dos fundadores do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), em 1969, ao lado de Ianni.

A tese de doutorado de Ianni, em 1961, chamada "O Negro na Sociedade de Castas", ilustra o interesse pela questão racial nesse período. Dois anos depois, o objeto de análise muda para o desenvolvimento. Escreveu "Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil", em 1963, e "O Estado e o Desenvolvimento Econômico no Brasil", em 1964.

Novos temas

Em 1969, foi aposentado compulsoriamente da USP em razão do AI-5. Transferiu-se para a PUC e, depois, para a Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), onde lecionava até 15 dias atrás.

A partir da década de 90, dedicou-se à análise dos efeitos da globalização. Publicou, entre outros livros, ***A Era do Globalismo*** (1996).

Recebeu em 1993 o Prêmio Jabuti por ***A Sociedade Global*** (1992). Em 2001, ***Enigmas da Modernidade - Mundo*** (2000) lhe rendeu o Prêmio da Academia Brasileira de Letras (ABL), na categoria ensaio, e o Troféu Juca Pato, de Intelectual do Ano, que foi concedido pela União Brasileira de Escritores.

"Ianni era um espírito livre e aberto para compreender o novo. Ele era uma das mais fortes expressões da ciência social latino-americana", declarou Ricardo Antunes, professor de sociologia da Unicamp, onde trabalhou com Ianni mais de 15 anos.

O sociólogo, que era viúvo, deixou duas filhas e cinco netos.

Octavio Ianni ainda participou ativamente da reunião anual da Anpocs, em outubro de 2004, em Caxambu, MG, onde protagonizou um áspero debate com Luiz Bresser Pereira na mesa-redonda que analisava o primeiro ano do Governo Lula. O IHU testemunhou a indignação do sociólogo com as análises de um ex-ministro de FHC sobre o governo Lula.

ESTATURA MORAL E INTEGRIDADE ÚNICAS

"Acho que Octavio Ianni, dentro da Universidade de São Paulo, seguiu uma linha muito coerente do ponto de vista ético, apesar de não ser muito compreendido naquela universidade, embora pessoas como Florestan Fernandes tenham pertencido a seu quadro de professores.

Ele era de origem marxista e tentou seguir sendo marxista, mesmo quando essas idéias foram criticadas política e academicamente. Eu me encontrei várias vezes com ele, não chegamos a

ser amigos, mas trocamos muitas idéias. Ele era muito recatado e não comentava muito, mas sei que foi um intelectual que sofreu a incompreensão em seu meio. Toda sua vida manteve uma estatura moral, uma integridade e um respeito pelos outros tremendo, apesar de não ter sido correspondido da mesma forma por alguns de seus pares”.

Prof. Dr. Renato Saul, doutor em Estudos Latino Americanos, e professor do PPG em Ciências Sociais Aplicadas da Unisinos

OCTAVIO IANNI E A COMPREENSÃO DO BRASIL E AMÉRICA LATINA

“Não há dúvida de que Octavio Ianni era o maior sociólogo brasileiro em atividade. Sempre ligado à vertente crítica da sociologia compreendeu o Brasil dentro da América Latina. Estudou todas as áreas da sociologia desde a questão agrária ao desenvolvimento do Estado e, mais recentemente, a globalização sob uma perspectiva crítica, mostrando os modelos de desenvolvimento. Preocupou-se, também, em deixar novas metodologias para o estudo da sociedade, olhando para ela de forma global, levando em conta os desafios do presente. Lembro da aula inaugural dada por ele, à primeira turma de doutorado de Sociologia da UFRGS, da qual eu fazia parte, em 1994. Na sua fala, ele chamou a atenção para o compromisso do sociólogo, como sujeito e cidadão, na compreensão do seu tempo e sua sociedade. No último ano, a diretoria da Sociedade Brasileira de Sociologia, da qual eu faço parte, resolveu homenagear alguns sociólogos entre os quais estava Octavio Ianni. Ele tomou a palavra em nome de todos os homenageados e chamou a atenção para a importância de não perder a relação da sociologia com a estética, com a idéia de beleza. A compreensão do Brasil da sociologia deveria estar em correlação à compreensão do Brasil da literatura. Morreu em plena atividade”.

José Luiz Bica de Mélo, doutor em Sociologia e professor do PPG em Ciências Sociais Aplicadas da Unisinos

Deu nos Jornais

Lula só liberou 0,86% da verba destinada à reforma

O programa de reforma agrária do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda não saiu do papel. De 1º de janeiro a 21 de março - últimos dados disponíveis no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal - foi liberado apenas 0,86% do dinheiro disponível para assentamento de trabalhadores rurais. O levantamento foi feito pelo gabinete do deputado distrital Augusto Carvalho (PPS) e publicado no **Jornal do Brasil**, 28-3-04. É com o dinheiro deste programa que o governo atende os sem-terra, promovendo o acesso à reforma agrária e garantindo a geração de emprego e renda. De um orçamento de R\$ 492 milhões, previsto para o assentamento de trabalhadores rurais este ano, o Ministério do Desenvolvimento Agrário só conseguiu, até agora, R\$ 4,2 milhões. O Siafi mostra que grande parte do dinheiro foi gasta com diárias e passagens de servidores do Incra e com conserto de carros oficiais.

Assentar 115 mil famílias em 2004?

Os números mostram que dificilmente a promessa do governo na área de reforma agrária será cumprida. Em encontro com os sem-terra no fim do ano passado, Lula prometeu assentar 115 mil famílias este ano. Conseguiu, então, a promessa de tregua nas invasões, ameaçada, agora,

com o atraso no cumprimento do compromisso. Até o último dia 22 de março, o governo só tinha assentado 6.900 famílias. Ano passado, o governo Lula prometera assentar 60 mil, mas beneficiou apenas 36.301, pouco mais da metade.

17 de abril: Dia internacional de Luta pela Reforma Agrária

Coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Jaime Amorim, prefere não fazer avaliação sobre os investimentos em reforma agrária, que ele considera ainda muito poucos. Amorim anunciou que, nos próximos dias, o MST iniciará uma grande jornada de lutas em todo o País, com caminhadas e invasões. As manifestações, disse, vão durar até 17 de abril, quando o MST comemora o Dia Internacional de Luta pela Reforma Agrária. No mesmo dia, no ano de 1996, foram mortos 19 sem-terra no massacre de Eldorado do Carajás (PA). Amorim ainda se mostra esperançoso: “Estamos insatisfeitos e, ao mesmo tempo, com muita esperança de que o governo vai fazer a reforma agrária. Insatisfeitos, porque o governo fez muito pouco até agora. Mas Lula tem dito que vai priorizar a reforma agrária”. A notícia é do *Jornal do Brasil*, 28-3-04.

A reforma agrária do governo Lula “é uma vergonha”

João Pedro Stedile, da coordenação nacional do MST, segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, 30-3-04, afirmou que a política de reforma agrária do governo Luiz Inácio Lula da Silva “é uma ‘vergonha’”. Segundo ele, o governo ainda não transformou a questão em “prioridade”. Stedile, um dos fundadores do MST, em 1984, disse que a “paralisia” governamental gera “grande tensão” entre as famílias sem terra acampadas. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), há 200 mil delas no País. “A reforma agrária está paralisada. [...] Nós temos estados, como Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e São Paulo, nos quais o governo Lula não assentou, em 15 meses, nenhuma família. Isso não só é lento, é uma vergonha” Segundo ele, “o MST fez um acordo com o governo e acredita que o governo tenha vontade política de assentar 400 mil famílias acampadas nesses três anos [até o fim de 2006]. Nós aceitamos essa meta. Mas, por incrível que pareça, não está havendo mudanças. Ninguém consegue explicar”.

CNBB defende homologação de terras indígenas

Dom Geraldo Majella Agnelo, cardeal-arcebispo de Salvador (BA) e primaz do Brasil, é o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, 27-3-04, faz uma contundente e incisiva defesa da homologação, em forma contínua e sem reservas, da área indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima. Ele afirma: “Não poderíamos deixar de nos manifestar, neste momento importante da história do nosso país, sobre a aspiração e o direito mais importante dos povos indígenas do Estado de Roraima: trata-se da justa e constitucional homologação, em forma contínua e sem ressalvas, da área indígena Raposa/Serra do Sol, conforme a portaria 820/98.” E continua: “Isso dará a garantia dos poderes constituídos do Brasil para um futuro de paz e vida digna aos mais de 15 mil indígenas que ali vivem. De fato, será a consolidação de uma luta de 30 anos dos índios, para a qual sempre puderam contar com o apoio solidário dos missionários e missionárias. Esperamos que brevemente Roraima possa, com justo orgulho, ser o Estado brasileiro com maior proporção de território indígena”. Sobre o mesmo tema confira o artigo de D. Luciano Mendes de Almeida, reproduzido, acima, neste boletim.

FMI elogia a política econômica e... exige reforma do mercado de trabalho

“A economia brasileira está posicionada para um crescimento robusto neste ano. Os indicadores mostram uma força renovada do consumo e dos investimentos privados. A demanda doméstica será provavelmente a força motriz por detrás do crescimento deste ano”, disse Krueger, que comanda interinamente o FMI, após a saída de Horst Köhler semanas atrás, segundo notícia publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, 29-3-04. “Muito da recuperação do crescimento se deve às sólidas políticas econômicas perseguidas pelo governo. [...] A resposta cautelosa de política monetária à inflação vista nos últimos três meses foi apropriada e demonstra o compromisso das autoridades [brasileiras] de atingir o centro da meta de 2004”, declarou Krueger. Ela afirmou também que houve “progressos importantes” na área social. Segundo ela, o programa Fome Zero já representa hoje importante ajuda para grande parte da população pobre. De acordo com Krueger, espera-se que a criação do Bolsa Família melhore o direcionamento e a coordenação dos gastos com assistência social. “O aperfeiçoamento em curso da cobertura e do desenho desses programas deverá contribuir para melhorar os resultados sociais”. “A reforma do mercado de trabalho é indispensável para aumentar a produtividade no médio prazo e ajudar a garantir melhorias nos padrões de vida do povo brasileiro”, anunciou ela.

Para ONU, Kirchner foi além do Fome Zero

A ONU afirma que, na América Latina, quem hoje combate a pobreza de forma mais eficaz é o governo de Nestor Kirchner da Argentina. A avaliação, segundo o jornal **O Estado de S. Paulo**, 26-3-04, é do especialista da ONU para o direito ao desenvolvimento, Arjun Sengupta. Segundo ele, a “Argentina está seguindo políticas que são baseadas no combate direto à pobreza. São políticas mais eficazes e participativas. É verdade que o Brasil tem o Fome Zero, mas a Argentina foi além disso”.

40 anos do golpe militar - diversos olhares

- “A esquerda da época se sentia muito segura de uma eventual vitória socialista e muito pouco preocupada com a questão democrática. Da direita nem preciso falar, afinal ela deu o golpe”. - Carlos Fico, da UFRJ – **Folha de S. Paulo**, 31-3-04.
- “A única coisa que ocorreu com João Goulart foi que, de uma maneira infantil, ele aceitou as provocações retóricas de Brizola [então deputado federal pelo PTB da Guanabara], numa disputa em busca de maior popularidade.” - Hélio Jaguaribe, sociólogo – **Folha de S. Paulo**, 31-3-04.
- “A idéia de que o golpe de 64 foi preventivo é errada.” – Caio Navarro de Toledo, cientista político da Unicamp – **Folha de S. Paulo**, 31-3-04.
- “A esquerda pretendia fazer as reformas de base, nem que para isso fosse preciso fechar o Congresso.” - Jorge Luiz Ferreira, historiador do Departamento de História da UFF (Universidade Federal Fluminense) - **Folha de S. Paulo**, 31-3-04.
- “Foi algo muito brusco. Simplesmente interromperam, por muitos anos, o desenvolvimento político do nosso país.” - Waldir Pires, Consultor-Geral da República – **Jornal do Brasil**, 31-3-04.
- “E o que mudou de 1964 para 2004? Acho que esse clima de ameaça de reação da direita, jamais puramente militar, mas sim resultante de interesses contrariados por medidas de justiça social e de perda de privilégios, existe até hoje na política nacional. Vivemos sob outro tipo de ameaça: a do mercado.” - Luiz Pinguelli Rosa, presidente da Eletrobrás – **Jornal do Brasil**, 31-3-04.

- “A derrubada do governo João Goulart não foi um golpe militar, como hoje insistem em tachar e propagar certos setores políticos e da imprensa.” - Carlos de Meira Mattos, general reformado do Exército e doutor em Ciência Política, veterano da Segunda Guerra Mundial e conselheiro da Escola Superior de Guerra - **Folha de S. Paulo**, 31-3-04.
- “O dia 31 de março de 1964 foi, sim, o marco que coroou a resposta da grande maioria dos brasileiros, apoiada pelas Forças Armadas, ante as ameaças e as tentativas de implantação de um regime político incompatível com a nossa vocação de viver numa sociedade livre e democrática.” - Carlos de Meira Mattos, general reformado do Exército e doutor em Ciência Política, veterano da Segunda Guerra Mundial e conselheiro da Escola Superior de Guerra - **Folha de S. Paulo**, 31-3-04.
- “Getúlio sofreu dois golpes em 1945 e 1954, mas no segundo caso viveu um golpe incompleto”, argumenta. “Jango herdou o movimento trabalhista. E o final do golpe anterior.” - Thomas Skidmore, historiador - **Folha de S. Paulo**, 30-3-04.

”O golpe não foi um jogo de generais”, segundo Miguel Arraes

“O golpe não foi um jogo de generais, era um jogo muito mais amplo. Um grande jogo de confrontação de forças já existentes desde a eleição de Getúlio Vargas, em 1950. A conspiração data daí. O golpe foi tentado contra Getúlio, Juscelino, veio em seguida o Jânio Quadros, que não conseguiu conciliar as forças contraditórias que o apoiavam. Depois o novo golpe para tentar evitar a posse de Goulart. Todos sabíamos que eles só esperavam uma outra oportunidade para entrar em ação. As elites paulistas se revoltavam sempre. Não é à toa que um paulista, Fernando Henrique Cardoso pretendeu ser tantos anos depois o homem que encerrou a era Vargas”. A análise é de Miguel Arraes, governador de Pernambuco, em 1964 e, hoje, presidente do PSB, em entrevista publicada no jornal **Valor Econômico**, 29-3-04.

O golpe foi obra da CIA

“Thomas Mann, secretário de Estado para Assuntos Hemisféricos perguntou ao presidente dos EUA, Lyndon B. Johnson, por telefone, se estava feliz com o golpe ocorrido no Brasil. Johnson respondeu que sim e Thomas Mann acrescentou que considerava o golpe militar brasileiro como a melhor coisa que acontecera no hemisfério nos últimos três anos”. O relato é de Luiz Alberto Moniz Bandeira, politólogo, professor emérito da Universidade Nacional de Brasília – UnB, em artigo publicado no jornal argentino **Clarín**, 30-3-04. Para ele “o golpe militar de 1964 foi uma obra da CIA, e esse diálogo consta das conversações telefônicas do presidente Johnson, editadas por Michael R. Beschloss no livro **Taking Charge**”.

Brasil vive um momento estranho

A constatação é de João Sayad, economista, professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. Ele já foi ministro dos governos militares e ex-secretário da prefeita Marta Suplicy. Para ele, “a geração de jovens brasileiros que hoje trabalham em bancos e no Banco Central se tornou adulta em 1994, quando a taxa cambial era R\$ 0,85 por dólar, e os juros, 30% anuais em termos reais. Viveu dez anos de câmbio fixo ou flutuante mantido à custa de juros muito altos. Pensa que a economia brasileira viveu sempre em crise e com juros reais superiores a 10% ao ano. A teimosia faz com que a dívida pública cresça espetacularmente. O governo fica sem nenhum tostão e é acusado de inoperância.” “Vivemos um momento estranho. Depois de dez anos de desemprego, parece que a sociedade se adaptou à pobreza. A inflação é baixa. Mas os jornais estão cheios de acusações, denúncias e escândalos. O País está parado até que alguma coisa, sem relação com os problemas reais -

jogos de azar -, o empurre, por sorte, para cima, ou, por azar, escada abaixo”. A opinião está expressa no artigo *Jogos de azar*, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, 29-3-04.

A América Latina segundo o BID

“As economias latino-americanas permanecem ‘fragilizadas’ e vulneráveis a choques externos, de acordo com o *Informe Anual 2003* do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A incidência de pobreza, isto é, pessoas vivendo com menos de US\$ 2 por dia, que havia diminuído nos anos 90, voltou a subir, atingindo 225 milhões de pessoas.” “Em termos percentuais, a faixa de pobreza, que atingia 42,1% da população regional em 2000, passou a 44% em 2003. Outra má notícia é a constatação de que a taxa de desemprego alcançou o maior patamar registrado pelo BID - de 10,7%, em média”. O comentário é do editorial do jornal **Folha de S. Paulo**, 31-3-04. Segundo o editorial, “desde 1980, ocorreram crises econômicas importantes em 22 países latino-americanos, levando-os a um quadro de paralisia financeira. Nos sete maiores países da região, os empréstimos ao setor produtivo caíram 20% em termos reais entre 1998 e 2003.” “Por sua vez, o endividamento público das sete maiores economias saltou de 37% do PIB (Produto Interno Bruto) em 1997 para 51% em 2002. Com isso, os investimentos públicos e privados encolheram para o menor nível dos últimos dez anos. Entre os anos de 1997 e 2002, a queda dos investimentos no Brasil atingiu 10% e, na Argentina, 60%”.

O solidário e o obstinado

Em dois textos publicados pela **Agência Carta Maior**, dos quais reproduzimos alguns trechos, o jornalista Mauro Santayana traça um perfil de João Goulart (Jango), presidente deposto, e de Leonel Brizola, então deputado federal pelo estado da Guanabara. Sobre Jango, a quem define como “um estancieiro solidário”. Santayana – jornalista experiente, testemunha dos fatos, colaborador atual de várias publicações – rememora a trajetória de Jango.

O estancieiro e a pobreza

“Jovem estancieiro João Belchior de Marques Goulart, Jango, era filho de um grande proprietário de terras do Rio Grande do Sul, que fora amigo de Getúlio. Quando Vargas foi deposto, em outubro de 1945, e se recolheu à sua estância, Jango passou a visitá-lo, e mais do que a visitá-lo, a lhe prestar toda a assistência possível. Empossado Dutra, promulgada a Constituição de 1946, iniciou-se o processo político de redemocratização dos estados.(...)” “Eleito presidente e empossado em 31 de janeiro de 1951, Getúlio resolve fazer de Jango o seu sucessor político. Pela juventude, pelo afeto pessoal que lhe dedicava, tratava-se de uma pessoa quase perfeita para receber o legado.” (...) “Getúlio situa Jango entre as lideranças sindicais daquele tempo, antes de fazê-lo seu ministro do Trabalho. Jango adere sinceramente à classe operária, ao aderir ao projeto de Nação que Getúlio havia retomado.”

Um homem honrado

“Empossando-se na Presidência, depois de um dramático confronto político-militar, Jango seguiu as regras do jogo, mas sempre preocupado em criar condições para o pleno desenvolvimento econômico do País. Grande proprietário de terras, queria a reforma agrária. Mas queria, também, a reforma bancária, queria a limitação da remessa de lucros (tentada antes por Getúlio e malograda pelo Congresso e mais uma vez levada ao Parlamento pelo mineiro Celso Brant) e a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. A conspiração começou a crescer. Se Jango pudesse resistir até o ano seguinte, Juscelino se reelegeria e o País seguiria seu curso de desenvolvimento com preocupação social. (...) O que

podemos dizer é que João Goulart foi um homem honrado, realmente preocupado com a justiça social e solidário com os outros até o fim de sua vida”.

O obstinado engenheiro

Quanto a Brizola, Santayana a ele refere-se como o “obstinado engenheiro”. “É erro de certos analistas políticos tentar separar os homens de suas circunstâncias pessoais. Brizola, por mais que se identifique sua escolha ideológica, é um homem amarrado às suas circunstâncias – entre elas, as familiares. (...) Brizola era cunhado de Jango, o que representava, ao mesmo tempo, vantagem e desvantagem. A vantagem estava em sua proximidade do poder, o que lhe permitia tentar influir diretamente nos rumos do País. A desvantagem era a de que, por essa mesma razão, sentia-se de certa forma inibido e vigiado com maior severidade pelos inimigos.”

Brizola e o rito democrático

“Qualquer que venha a ser o juízo histórico definitivo sobre Leonel Brizola, o Brasil deve à sua coragem o cumprimento do rito democrático em 1961, com a posse de Jango, mesmo com a emenda parlamentarista. No episódio, podemos dizer que houve duas personalidades que salvaram o País, pelo menos naquele momento: Brizola com a disposição para o confronto armado, em Porto Alegre, e Tancredo Neves, com a disposição para o diálogo político. Alguns poderão objetar que a conciliação deu tempo à direita, para articular o movimento de 1964, mas podemos perguntar se o confronto armado teria sido melhor. A História tem dessas coisas: o que poderia ter acontecido é um segredo que a ninguém, e nunca, será revelado. O que importa é que, naquele momento, a coragem de Brizola deu força a Tancredo em seu diálogo com os militares. E Jango pôde assumir o poder.”

Fidelidade ao nacionalismo

“Brizola cometeu muitos erros de avaliação, quanto à oportunidade de ação armada contra o sistema militar. Mas o que se pode dele dizer é que nunca traiu a sua ideologia essencial, a do nacionalismo, a do patriotismo. Patriotismo e nacionalismo são, no fundo, a expressão política da solidariedade humana.”

Imprensa favorável ao golpe

De acordo com a **Folha de S. Paulo**, “no Brasil, com exceção do ‘Última Hora’, janguista, a maioria dos jornais do dia criticava o presidente em editoriais. No Rio, o Jornal do Brasil estampou ‘S. Paulo adere a Minas e anuncia marcha ao Rio contra Goulart’ e ‘Gorilas’ invadem o JB’, referindo-se a invasão protagonizada por pelotão de fuzileiros navais fiéis a Jango, que, no dia 31, deram tiros para o ar diante da sede do jornal e invadiram o prédio. Em São Paulo, a Folha saiu com ‘Adhemar: 6 Estados sublevam-se para derrubar Goulart’ no primeiro clichê e ‘2º Exército domina o Vale do Paraíba’ no final. As TVs paulistas passaram a sofrer censura prévia por ordem do governador, Adhemar de Barros. A programação de todas as rádios da cidade passou a ser gerada do Palácio da Polícia, em cadeia.”

Cumplicidade perpetuada

Cães de Guarda é o título do livro escrito por Beatriz Kushnir, doutora em História Social, analisando um dos aspectos fundamentais do regime militar: sua relação com os órgãos de imprensa, da censura à colaboração. Conforme o sítio de notícias **Agência Carta Maior**, a obra objetiva “iluminar um território sombrio e desconfortável: a existência de jornalistas que foram censores federais e que também foram policiais enquanto exerciam a função de jornalistas nas

redações.” (...) A investigação, cuidadosa e inovadora, reconstrói em grande parte o universo dos próprios censores, por meio de extensas entrevistas tanto com esses, como com vários jornalistas. (...) Outro foco do trabalho é a cumplicidade da imprensa, especialmente da **Folha da Tarde** – veículo onde trabalhavam vários militantes de esquerda até a época em que o jornal ficou conhecido como **Diário Oficial da Operação Bandeirantes (Oban)** – com o regime militar e seu aparelho repressivo: os diretores do jornal eram ao mesmo tempo funcionários da polícia, reconhecidamente. Eles mesmos confirmam em entrevistas. O livro toca num tema delicado, e indiretamente critica historiadores de renome que fazem a história da imprensa ‘esquecendo’ o caso da FT. **Cães de guarda** explora os limites entre a censura, a autocensura dos jornalistas e a complicada convivência entre governo e imprensa durante a ditadura militar”

Ricos crescem e concentram mais renda

Baixo crescimento e turbulência financeira caracterizaram a economia brasileira nos anos 1980 e 1990. Nesse mesmo período, a proporção de famílias consideradas ricas aumentou de 1,8% para 2,4% do total no País. Os dados constam do *Atlas da Exclusão Social - Os Ricos no Brasil*, lançado dia 1º de abril de 2004 pela Cortez Editora, feito com base em informações dos Censos de 1980 e 2000 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad). Em 2000, existiam 1.162.164 famílias com renda mensal superior a R\$ 10.982 - critério “de riqueza”, definido pelos realizadores da pesquisa. Em 1980, somavam 507.600 as famílias ricas -1,8% do total. A participação dessas famílias na renda nacional subiu de 20% para 33% no período de 20 anos.

Polarização da sociedade

“Esses dados nos mostram que há uma polarização da sociedade”, afirmou Marcio Pochmann, secretário do Trabalho da Prefeitura de São Paulo e coordenador do trabalho. “Há um esvaziamento da classe média, com aumento do número de ricos, no topo da pirâmide, e de um número maior de pobres, o que amplia a base dessa pirâmide.” A renda da classe média, segundo outro estudo da sua secretaria, caiu 17% entre 1992 e 2001. Nesse mesmo período, o número de pessoas que vivem em famílias pobres cresceu 18%.

Ilhas de riqueza

O livro mostra onde estão localizadas as “ilhas” de riqueza do País - por região, por Estado e por município. São Paulo lidera a lista dos Estados que mais abrigam os ricos, com 674.455 famílias, ou 58% das existentes no País. Em segundo lugar, está o Rio de Janeiro (101.513 famílias). Em seguida, aparecem Minas Gerais (67.069) e o Rio Grande do Sul (49.284). Houve aumento em todos os Estados. De cada dez famílias ricas, sete residem na região Sudeste. Há 20 anos, eram seis. No Sul, a participação das famílias ricas sobre o total caiu de 13,7% para 10% entre 1980 e 2000. No Nordeste, também houve queda - de 9,4% para 7,2%. Nas demais regiões, não houve mudanças.

5 mil famílias detêm 46% do PIB

O *Atlas*, elaborado por uma equipe de economistas e pesquisadores de quatro universidades (USP, Unicamp, PUC-SP e Unip), revela que a renda mensal média familiar dos ricos era de R\$ 22.487 em 2000, em valores de setembro de 2003. Essa renda era 14 vezes maior do que a renda média do País e cerca de 80 vezes superior à considerada abaixo da linha de pobreza. O livro mostra que 5.000 famílias “muito ricas” - ou 0,01% do total de famílias no País - reúnem um patrimônio que representa 46% do Produto Interno Bruto (PIB). Elas acumulam R\$ 691 bilhões, de acordo com valores de setembro de 2003.

País não distribui riqueza, afirma analista

O aumento do número de famílias ricas no País, que dobrou de 1980 a 2000, reflete a incapacidade do Brasil de realizar reformas que permitam a mudança no padrão de distribuição de riquezas. Essa é a análise de especialistas consultados pela **Folha**. “Não fizemos as reformas necessárias, como outros países. Apesar dos cinco séculos de existência, não temos nem 50 anos de democracia consolidada. As instituições que representam os interesses das diversas camadas da sociedade são frágeis”, diz Marcio Pochmann, secretário do Trabalho da Prefeitura de São Paulo. Em países como França e EUA, as diferenças entre ricos e pobres não são tão acentuadas, porque eles fizeram reformas na sua estrutura tributária, isto é, os ricos pagam mais impostos do que os pobres, afirma.

Concentração histórica

A concentração da riqueza no Brasil é histórica. Dados do censo de 1872 mostram que havia 23,4 mil famílias ricas no País, naquele ano - ou 1,8% do total de famílias -, que respondiam por dois terços do estoque de riqueza e de renda do País. Em 1920, o percentual era 1,3%. No início do século 21, de 2,4%. “Isso mostra que houve estabilidade no padrão de distribuição de riqueza do País. A diferença é que o País passou do padrão de riqueza fundiária do século XVIII para a riqueza da indústria e, mais recentemente, para a financeira.” Na sua análise, o percentual de ricos sobre o total de famílias existentes no Brasil subiu em 20 anos, porque houve uma valorização da riqueza financeira. Esta notícia foi publicada nas edições de 2 de abril de 2004 dos jornais **Folha de S. Paulo**, **O Globo** e **Jornal do Brasil**. Elas utilizaram os dados divulgados pela **Agência Folha**, dos quais extraímos trechos acima livre e predominantemente reproduzidos.

Ricos 100

Segundo a coluna de Elio Gaspari, **Folha de S. Paulo**, 4-4-04, “no seu primeiro ano de governo, Lula conseguiu o seguinte resultado na Grande São Paulo: Entre janeiro de 2003 e janeiro de 2004, os 10% mais ricos aumentaram sua renda em 4,9%. Nesse mesmo período, os 10% mais pobres perderam 6,5%. No rumo que a ekipekonômica escolheu, dentro de 34 anos terá desaparecido a renda de nove em cada dez pobres de hoje. Nessa mesma linha, os 10% mais ricos terão se apropriado de 90% da renda. Um país sem pobres, onde cerca de 80% das pessoas poderão comer 33 vezes por dia é bem mais do que Lula prometia nos seus comícios”.

Frases da Semana

Política econômica em discussão

“Ao contrário do que pensa o PT jacobino, o superávit primário não depende da vontade do ministro Palocci, mas das condições objetivas que sustentam a credibilidade do País. Sem elas, não haverá investimento e, portanto, não haverá crescimento”. - Delfim Netto, economista, no artigo *A armadilha do endividamento*- **Folha de S. Paulo**, 31-3-04.

“Não faltará dinheiro para o financiamento de projetos neste país. Agora é preciso ter projeto, porque não dá para financiar idéias. Idéias a gente manda para a universidade fazer pesquisa. O BNDES e outras instituições trabalham com projetos concretos”. - Luís Inácio Lula da Silva, presidente da República - **Folha de S. Paulo**, 31-3-04.

“Governo que provoca recessão, como ficou atestado no menor PIB de 2003 em relação ao já ruim 2002, é antinacional, antipovo, antifuturo. É conservador do que há de pior, e por sê-lo deliberadamente é que se dedica a migalhas de caridade, porque não busca a construção de um cenário inovador. Assim é o governo de Lula, o conservador que substituiu o medo dos conservadores pela frustração dos demais.” – Jânio de Freitas, jornalista – **Folha de S. Paulo**, 4-4-04.

FMI: to be or not to be!

“Estamos trabalhando para que este seja o último de uma longa série de acordos com o Fundo Monetário Internacional.” – Antonio Palocci, ministro da Fazenda – **Folha de S. Paulo**, 31-3-04.

“A princípio, acho pouquíssimo provável. Sempre é difícil falar que é impossível, não se fala isso em economia. Mas acho remoto.” – Henrique Meirelles, presidente do Banco Central – **Folha de S. Paulo**, 31-3-04.

A tragédia do Haiti

“O Haiti voltou a ser um país invisível, até a próxima carnificina. Enquanto estive nas telas televisivas e nas páginas, no princípio deste ano, a mídia transmitiu confusão e violência e confirmaram que os haitianos nasceram para fazer bem o mal e para fazer mal o bem.” – Eduardo Galeano, escritor uruguaio, no artigo *A maldição branca* – **Página/12**, 4-4-04.

“Haiti é um país jogado no lixo, por eterno castigo da sua dignidade.” – Eduardo Galeano, escritor uruguaio, no artigo *A maldição branca* – **Página/12**, 4-4-04.

Missa em si menor de Bach: uma obra espetacular, íntima e delicada

“Creio mais em Deus pela música do que por convencimento ou por pregação. Vou à igreja de vez em quando, mas é a música que tem reforçado meu sentimento religioso. É assim.” – John Eliot Gardiner, diretor inglês que interpreta **A Paixão de N. S. Jesus Cristo segundo o evangelista Mateus** e a **Missa em si menor** de Johann Sebastian Bach - **El País**, 4-4-04.

“A **Missa em si menor** de J. S. Bach, é uma obra espetacular, mas também íntima e delicada, com passagens de glória e momentos que parecem duos de óperas de amor. Ela é uma síntese de todo o pensamento musical de Bach.” - John Eliot Gardiner, diretor inglês que interpreta a **Missa em si menor** de Johann Sebastian Bach - **El País**, 4-4-04.

“Bach começou a missa em 1714 e a escreveu durante anos. Não a fez como as cantatas, que eram obras encomendadas e que tinha que entregar cada semana. Ele compôs a Missa para refletir todo o seu pensamento musical, muitos dos estilos nos quais acreditou em toda a sua vida. Ela é uma suma, uma enciclopédia onde há restos de formas antigas e a celebração do rococó.” - John Eliot Gardiner, diretor inglês que interpreta a **Missa em si menor** de Johann Sebastian Bach - **El País**, 4-4-04.

“Na Missa em si menor está o Bach que foge da burocracia e das lutas teológicas, o Bach que busca a criatividade e as novas tendências de sua época, as que encontrou em Dresden, onde chegou farto da vida aborrecida e cheia de ataduras de Leipzig.” - John Eliot Gardiner, diretor inglês que interpreta a **Missa em si menor** de Johann Sebastian Bach - **El País**, 4-4-04.

“Blair e os Bushes, pai e filho, têm sido nefastos. Fanáticos e mentirosos.” - John Eliot Gardiner, diretor inglês que interpreta a **Missa em si menor** de Johann Sebastian Bach - **El País**, 4-4-04.

Governo Lula segundo o MST

“O governo, enfim, precisa ter mais humildade e ouvir o povo, em vez de contratar o Duda (Mendonça) para fazer propaganda e enrolar o povo. Política não é produto de supermercado, é o mais sagrado preceito de participação do povo nos rumos da sociedade.” – João Pedro Stédile, da coordenação nacional do MST – **Jornal do Brasil**, 5-4-04.

Um Mutirão pelo Brasil

“Não há crise política no governo Lula. Há uma crise de projetos na sociedade. Há uma crise de destino do Brasil. E só vamos sair dela com um grande mutirão de reflexão. Temos de sair dessa pasmaceira, desse quadrante histórico de descenso do movimento de massa. Precisamos de uma outra Semana de Arte Moderna, dessa vez na política.” - João Pedro Stédile, da coordenação nacional do MST – **Jornal do Brasil**, 5-4-04.

Desperdício

"Cerca de 30% dos alimentos dos restaurantes são jogados fora." – Sigmaringa Seixas, deputado federal – **Folha de S. Paulo**, 5-4-04.

ACONTECE

Caderno IHU Idéias nº 11 – Os 100 anos de Theodor Adorno e a filosofia depois de Auschwitz – Prof.^a Dr.^a Márcia Tiburi

Tendo defendido sua tese com base no autor, a professora do PPG em Filosofia da Unisinos, Márcia Tiburi, foi convidada a apresentar o tema no *IHU Idéias* de 18 de setembro de 2003, como parte das comemorações dos 100 anos de Theodor Adorno. A autora busca destacar aspectos fundamentais da obra de Adorno que deixou sua marca histórica como alguém que viveu e morreu sob o espírito do século XX. Márcia busca apresentar o filósofo a partir de aspectos básicos necessários à compreensão de quem ainda não teve oportunidade de se especializar no pensamento do mesmo. Busca chamar atenção para rótulos de pertencimento a escolas, muitas vezes, descaracterizando a originalidade do autor. O fato de ter pertencido à Escola de Frankfurt, que se caracterizou por uma “teoria crítica”, não pode ignorar as inúmeras mediações que explicitam as diferenças e semelhanças desse conjunto de pensadores da época.

Trata-se de um texto filosófico que traz elementos da extensa obra de Adorno com o objetivo de rememorar-lo como pensador da ética e da política, na medida em que compreende teoria como forma de prática com potencial transformador. Veja mais sobre os aspectos fundamentais do legado de Adorno no artigo e debate publicado no **Caderno IHU Idéias n.º 11**, à venda na Livraria Cultural da Unisinos, ao lado do IHU.

EVENTOS IHU

Participe das atividades do Instituto Humanitas Unisinos

Paixão de N. S. Jesus Cristo segundo o evangelista Mateus Celebração de Páscoa na Unisinos

No final da semana passada a Unisinos promoveu a celebração de Páscoa com base em trechos escolhidos da obra **Paixão de N. S. Jesus Cristo segundo o evangelista Mateus**, do consagrado compositor alemão Johann Sebastian Bach.

A programação iniciou no dia 1.º de abril, com o **IHU Idéias** apresentado pela Prof.ª Dr.ª Yara Borges Caznok, professora de Harmonia e Análise no Instituto de Arte da UNESP, e que teve como tema *Paixão: desde a Idade Média até o século XX*. No dia 2 de abril, a Prof.ª Dr.ª Yara Borges Caznok fez duas audições comentadas de trechos da obra **Paixão de N. S. Jesus Cristo segundo o evangelista Mateus**, de Johann Sebastian Bach. A primeira aconteceu das 8h30min às 11h30min, no Miniauditório da Biblioteca Central da Unisinos, e a segunda, das 19h às 22h, no Auditório da Antiga Sede da Unisinos.

A programação culminou ontem, dia 4 de abril, às 20h, com o Concerto de Páscoa intitulado **Paixão de N. S. Jesus Cristo segundo o evangelista Mateus**, de Johann Sebastian Bach, executado pela Orquestra Unisinos, Coral Unisinos e Coral Ars Vocalis, no Anfiteatro Pe. Werner, localizado no Câmpus da Unisinos.

O mesmo concerto será novamente executado na próxima quarta-feira, dia 7 de abril, a partir das 20h, no Teatro Dante Barone, da Assembléia Legislativa de Porto Alegre.

Acompanhe a seguir o depoimento de quem prestigiou os eventos:

“Foi algo inteiramente novo. Por exemplo, descobrir figuras de uma cruz dentro das partituras, assim como a questão da numerologia simbólica. Vimos um pouco hoje que a arte que atinge a nossa sensibilidade, nosso coração, essa sabedoria milenar está dentro da obra de arte, seja tanto na música, como nesse caso, ou em outras obras de arte”.

Prof. Luis Carlos Thomas, professor das Ciências Humanas da Unisinos.

“A exposição da professora me emocionou muito como cristão. Há tempo gosto de escutar a Paixão segundo São Mateus e segundo São João e vejo pontos da convergência da mística de Bach com a mística da Companhia de Jesus, nesse sentido de deixar os sentidos se encharcarem da pessoa de Jesus Cristo”.

Prof. Dr. Marcelo Fernandes de Aquino, vice-reitor da Unisinos.

“Achei a exposição maravilhosa. Parabenizo a Unisinos e as pessoas que tiveram a idéia de trazer essa professora. Ela é linda, e acho importante que além de inteligente, culta e erudita ela seja linda. O conhecimento que ela tem é impressionante, porque ela transita com uma

facilidade incrível sobre esse tema. Acho importante a oferta desse tipo de evento para estimular as pessoas a procurarem mais essa música religiosa erudita que faz muito bem”.

Marli Nedel, psicóloga e visitante na Unisinos.

“É muito importante para a Orquestra e o Movimento Coral poderem realizar uma obra como essa. É também fundamental a possibilidade de trazer alguém para falar a respeito dessa obra. É uma maneira de tornar cada vez mais acessível ao público em geral o contato com uma obra dessa envergadura, principalmente da maneira como a professora Yara desenvolveu, que foi muito profunda, sem ser cansativa. Pelo contrário, foi maravilhoso. A profundidade da obra me tocou de modo especial. Quanto mais nos debruçamos sobre ela e procuramos esses aspectos, mais evidente fica a profundidade com que provavelmente Bach compôs essa obra”.

João Paulo Sefrin, regente do Coral Unisinos.

“Realmente foi um evento da maior significação. Embora eu já tenha ouvido tantas vezes essas melodias, seja ao vivo ou em gravações, a perspectiva que a professora nos abriu foi totalmente nova, uma releitura que abre caminhos de que eu não suspeitava. Saio muito contente. Penso que essa é uma tarefa da Universidade, que em geral fica nas linhas de pesquisa. Nós tivemos com essa apresentação uma abertura de possibilidade para uma pesquisa científica na área da música, permitindo um grande diálogo entre cultura e fé. Eu cumprimento a Universidade por isso e acho que muitas outras iniciativas semelhantes a essa podem ser tomadas. Destaco a grande competência da professora Yara, que não é uma competência fria. Ela é uma apaixonada, e coloca toda a sua alma, sua sensibilidade e misticismo na interpretação deste grande homem que foi Johann Sebastian Bach”.

Luís Osvaldo Leite, professor aposentado da UFRGS, ex-presidente da Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA), e duas vezes diretor da Divisão de Cultura de Porto Alegre.

“Para nós, do Movimento Coral e da Orquestra Unisinos, foi uma bênção podermos realizar esse trabalho e marcar o início de uma parceria entre a Coordenação Cultural e o Instituto Humanitas Unisinos. Para mim, particularmente, foi uma data muito especial, porque comemoro hoje, dia 2 de abril de 2004, 25 anos de trabalho aqui na Universidade. Agradeço a Deus por ter, nesses 25 anos, realizado tantas coisas bonitas junto com o maestro José Pedro Boessio e agora junto com o Sefrin e ter a oportunidade de ajudar tantas pessoas e aprender também com elas. Estou muito gratificada com esse evento e feliz por poder comemorar meus 25 anos de trabalho com essa obra. A Paixão segundo São Mateus é uma oração do início ao fim. Todas as pessoas que tiveram a oportunidade de trabalhar, preparando a obra, e as pessoas que assistiram ao concerto e às audições comentadas, vão levar para suas vidas um momento de reflexão. Um instante de trabalhar a fé, a religiosidade e buscar, nesse momento tão atribulado e confuso do mundo, uma forma de, através da música, pensar na sua fé e em Deus”.

Lucia Passos, coordenadora da Difusão Cultural da Unisinos.

Inclusive MST debate no IHU

O Instituto Humanitas Unisinos promoveu, no último dia 29 de março, um painel com três representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). O debate se deu dentro do evento **Inclusive – Movimento contra a exclusão social**. Este evento, a ser realizado mensalmente, propicia que a comunidade acadêmica da Unisinos tenha contato com representantes de movimentos sociais do Rio Grande do Sul. Os representantes do MST, entre outros pontos, questionaram duramente o Governo Federal por não ter efetivado a reforma agrária. Refletiu-se, também, tendo presente os 40 anos do golpe militar, sobre o papel das Ligas Camponesas e do Master na eclosão da ditadura militar, em 1964. O próximo painel do evento tem data marcada para o dia 26 de abril, no mesmo horário e local do primeiro. O tema a ser discutido será *Justiça e cidadania nas ruas*. Estarão presentes André Luis Cardoso de Araújo e José Nedir Malta Ramires, integrantes do Jornal **Boca de Rua**; Rosina Duarte, representante da **Agência Livre para Infância, Cidadania e Educação** (ALICE); e Prof.^a Marta Regina Cioccarì, professora nas Ciências da Comunicação da Unisinos.

Ecos do Evento

“Fiquei muito satisfeito em participar da primeira edição do **Inclusive**. O abismo econômico do País é reproduzido no acesso à universidade e a maioria dos estudantes formam suas opiniões sobre a miséria sem participar de movimentos sociais, colaborando com inúmeros preconceitos. Nada mais edificante do que ouvir o depoimento de integrantes do movimento dos Sem-Terra sem a intermediação da imprensa, que irremediavelmente tem seu discurso contaminado por interesses industriais. Minha esperança é que os meus colegas criem coragem para enfrentar esse tipo de contato. Para diminuir o fosso econômico, é preciso romper, **Inclusive**, com as barreiras culturais. Vida longa à proposta!”

Rafael Gue Martini, funcionário da Unisinos.

IHU Idéias

Confira a programação do evento para o mês de abril:

- 15/04/04** – “A casa das sete mulheres: literatura, história e trivialidade” - Prof. Dr. Mário Maestri – Professor na UPF
- 22/04/04** – “Os arquivos de repressão das ditaduras de Segurança Nacional” - Prof. Enrique Serra Padrós - Professor e doutorando na UFRGS
- 29/04/04** – “Idéias de democracia no Brasil, 1965-1987: MDB/PMDB X PT?” – Prof.^a Dr.^a Sirlei Teresinha Gedoz – Professora na Unisinos

Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault

Iniciou, no último dia 1º de abril, o *Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault*, novo evento promovido pelo IHU. O tema debatido foi *Foucault, a filosofia e a literatura*, e teve à frente o Prof. Dr. Roberto Cabral de Melo Machado, da UFRJ. O evento conta com o apoio dos

programas de pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas e em Filosofia da Unisinos. Foi lançado por ocasião do vigésimo aniversário da morte de Michel Foucault, pretendendo aprofundar o pensamento do filósofo, conceitos ordenadores, categorias histórico-sociais e seu método arqueogenalógico, observando suas particularidades e reais contribuições para uma análise da racionalidade emergente na sociedade contemporânea.

A próxima sessão do Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault será realizada dia 22 de abril, das 14h às 17h, na sala 1G119 do IHU. Na ocasião, o Prof. Dr. Henrique Caetano Nardi, da UFRGS, falará sobre o tema *Figuras do poder: entre disciplina e controle*.

Ecos do Evento

“Achei muito boa a palestra do professor. Ele falou bastante de Filosofia e a incluiu no estudo de Foucault. Essa diferença que ele colocou da metafísica antes de Kant e o antropocentrismo pós-kantiano é muito interessante”.

Marcelo Kehl de Souza, aluno do curso de Filosofia da Unisinos.

“A explanação do professor foi excelente. Ele abordou com muita clareza a questão de Foucault e a análise que ele fez sobre os aspectos da loucura, da clínica e da literatura. Todo o desenvolvimento que ele fez para nos dizer o que Foucault nos diz no seu final: o homem é uma invenção recente e que talvez seu fim esteja próximo”.

Marie Schneider, professora aposentada e aluna de Filosofia da Unisinos.

“O tema Foucault me interessa muito, e o professor Roberto Machado é uma referência no Brasil e trabalhou com Foucault. Tenho a impressão de que ele é a melhor pessoa para nos relembrar dos exames do Foucault. Foi esse sentido que me trouxe aqui”.

Prof. Fábio Moraes, coordenador do curso de Psicologia da Unisinos.

“Considerarei um presente essa síntese sobre a finitude que aponta para a possibilidade de um novo, na teologia, na esperança, na fé dos homens”.

Alceu Orique, auxiliar de disciplina e graduando em Literatura.

Humanitas Arte

O projeto **Humanitas Arte** inicia hoje, dia 5 de abril, com abertura programada para as 17h, a terceira edição do evento, que acontece em parceria com as Ciências Humanas, o Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Unisinos, sob a coordenação do Prof. Dr. Inácio Neutzling, Prof.^a Dr.^a Marcia Angelita Tiburi e Prof.^a MS Vera Regina Schmitz.

A exposição do artista plástico Leandro Selister estará aberta à visitação, de 5 a 26 de abril de 2004, de segunda a sexta-feira, das 8h às 22h, e nos sábados, das 8h às 17h, na Galeria Cultural da Biblioteca da Unisinos.

Selister estudou desenho com Paulo Peres no Atelier Livre da Prefeitura de Porto Alegre aos 12 anos. Atualmente, integra a Oficina 11, Atelier de Litografia e Gravura em Metal. Já fez diversas exposições individuais e coletivas e participou de vários salões e mostras, sendo premiado em seis deles. Vive e trabalha em Porto Alegre como fotógrafo, designer e artista plástico. Publicou

o livro **Cotidiano, Intervenções na Trensurb em Porto Alegre, RS**, em 2002. Algumas de suas obras premiadas podem ser encontradas nos espaços públicos: Galeria Graça Aranha - Universidade da Amazônia em Belém do Pará; na Pinacoteca Rubem Berta - Prefeitura Municipal de Porto Alegre; no Museu de Arte de Santa Maria; no Centro Cultural Érico Veríssimo, em Porto Alegre.

A CONSCIÊNCIA EM EXPOSIÇÃO

A partir de hoje, 5 de abril, o artista plástico Leandro Selister apresenta um livro de artista com imagens de vídeo e citações de textos, que ele denominou Consciência, no projeto Humanitas Arte, no saguão da Biblioteca. Trata do tema dos 40 anos da ditadura militar e das torturas políticas. Na abertura, às 17h, haverá um depoimento da psiquiatra Vera Lúcia Stringuini, que foi presa política em 1970.

Selister tem 39 anos e é bacharel em fotografia pelo Instituto de Artes da Ufrgs. Entre os seus trabalhos recentes, estão as interferências nas estações do Trensurb, com a colagem de imagens impressas em plotter, realçando cenas do cotidiano do próprio metrô. Sua reflexão, muitas vezes de caráter autobiográfico, dá lugar aos problemas identitários e também às relações entre percepção e tempo, que podem ser compreendidas de maneira diferente com o uso de novas tecnologias como a da câmera digital. Ele também é responsável pelo site www.artewebbrasil.com.br, que quer polemizar as questões artísticas em nosso meio. No trabalho da Unisinos, o artista provoca a nossa percepção histórica sobre os anos de chumbo, marcados pelo desrespeito aos direitos humanos.

Confira, a seguir, uma entrevista com Leandro Selister, realizada, a nosso pedido, pelo jornalista MS Gilmar Hermes, professor das Ciências da Comunicação da Unisinos e doutorando em Comunicação também na Unisinos, a quem agradecemos.

IHU On-Line- Ao ser convidado para o projeto Humanitas Arte, você se deparou com quais questões?

Leandro Selister- Eu aceitei a sugestão da professora Márcia Tiburi de trabalhar sobre os 40 anos da ditadura militar. Nesse meio tempo, comentando com um amigo que eu faria um trabalho sobre a ditadura, fui apresentado à psiquiatra gaúcha Vera Lucia Stringuini, que foi presa política e torturada. Entrei em contato com ela e ficamos quatro horas conversando no nosso primeiro encontro. Ela foi presa em Recife, onde viveu três anos. Tinha 24 anos na época e era estudante de Medicina. Defini o trabalho a partir do seu depoimento e com os documentos que ela me emprestou.

IHU On-Line- O trabalho seria uma instalação...

Leandro Selister- É, eu ia fazer um escarcéu, trazendo, inclusive, músicas da época, mas iria se pulverizar a coisa mais chocante na época, que era a tortura. Conversando com a Vera, vi que eu não posso brincar com um tema desses. Reli a *Ditadura Escancarada*, do Elio Gaspari, reli o *1968 – O Ano que não terminou*, do Zuenir Ventura, e vi pela primeira vez o texto daquele projeto *Brasil Nunca Mais*. Esse último, na verdade, é um documento, eles tiveram acesso aos arquivos todos da ditadura. Lendo esse livro, escrito em 1985, ficamos sabendo como eram as torturas, nos damos conta de que eram jovens de 20 e poucos anos que estavam sendo torturados. Eu fiquei chocado, e decidi usar, na imagem do cartaz, o retrato da ficha da Vera, quando ela foi presa, com o seu número de registro.

IHU On-Line- Essa foto é do registro policial?

Leandro Selister- Exatamente. Da Delegacia de Segurança Social de Recife. Acho que a Vera conseguiu resgatar esse documento na época da Anistia. Ela fazia parte da Facção

Bolchevique Trotskista. Foi presa e ficou incomunicável com a família. Os apelidos Beatriz e Sandra eram os codinomes dela.

IHU On-Line- Você teve acesso a várias imagens da época da prisão?

Leandro Selister- Sim, ela me deu fotos da época e cartas que trocava com as amigas que ficaram presas. Para não expô-la demais, preferi não usar essas imagens. Quando eu li esse livro e vi o horror das torturas, eu percebi que iria apresentar esse trabalho numa universidade, onde hoje a média de idade é dos 18 aos 26 anos. E essa gurizada não deve ter a menor noção do que foi aquilo. Lendo *Brasil Nunca Mais*, vemos que as pessoas eram colocadas dentro de uma sala com jacarés, jogavam baratas em cima das mulheres, introduziam baratas nos ânus das mulheres, estupravam as mulheres com cacetes e davam choques elétricos. Eu chorava lendo esse livro. Não dá para acreditar que um ser humano fosse capaz de fazer uma coisa daquelas. Tentei de todas as maneiras achar imagens dos aparelhos de tortura e optei por usar, em vídeo, imagens de filmes, como *Pra Frente Brasil*. Trabalhando em cima da questão das torturas, decidi dar o título *Consciência* ao trabalho e convidei a Vera para que estivesse no dia da abertura da exposição. Ela se prontificou na mesma hora. Eu vou expor um livro de artista com imagens de vídeo e citações de textos. Vou desmontar o livro sobre uma mesa, sendo que a primeira página traz a definição de “consciência” do dicionário Aurélio.

IHU On-Line- Eu imaginei que tu fosses usar as imagens de plotter como aquelas do Trensurb...

Leandro Selister- Não, não vou usar. Ao me deparar com os textos, eu pensei que, no mínimo, deveria pincelar alguns horríveis, para as pessoas lerem e dizerem, não, isso não pode ser verdade. Os relatos do livro *Brasil Nunca Mais* são depoimentos de presos que sobreviveram. Eu fiz uma livre associação de imagens. Meu objetivo é que as pessoas leiam e tenham curiosidade de saber mais sobre isso.

IHU On-Line- O que seria um livro de artista?

Leandro Selister- Livro de artista é uma categoria em história da arte. No livro de artista, o artista expõe tanto o resultado final como o processo de criação, anotações, etc. É a primeira vez que eu faço esse tipo de trabalho. Eu ia encardonar. Mas, aí, num único trabalho, iriam começar a manusear. Então, eu resolvi fazer assim, com uma lâmina ao lado da outra, de forma que todos possam ver ao mesmo tempo.

IHU On-Line- O seu trabalho já teve esse caráter político?

Leandro Selister- Não, tem pela primeira vez. Hoje, a arte engajada não está tão em voga. Eu conheci, porém, uma mulher que foi presa e entrei em contato real com uma história. Quando ouvimos falar na história é uma coisa, quando conhecemos o personagem real que passou por isso é completamente diferente. O fato de reler esses livros me fez ver que eu mesmo não tinha consciência do que foi o período da ditadura militar. Fiquei preocupado em não fazer uma coisa simplória que minimizasse o sofrimento de todas essas pessoas. Vi que não tem cabimento fazer um espetáculo de uma coisa que não era para ser um espetáculo. Tinha de ser algo muito íntimo, em que as pessoas chegassem perto. A questão de ser um trabalho temático foi por acaso, mas gostei do resultado final.

IHU On-Line- O ponto de ligação com as suas experiências anteriores é a fotografia...

Leandro Selister- Com certeza. Eu comecei com fotografia em 1990, quando eu entrei no Instituto de Artes. Há 14 anos, as pessoas tinham o maior preconceito com a fotografia e diziam

que fotografia não é arte. E, hoje em dia, vemos o *boom* da fotografia. Já fiz de tudo: pintura, gravura, desenho. Eu dava um tempo para a fotografia e retornava. De uns quatro anos para cá, retomei para valer a fotografia. Comecei a trabalhar com auto-retratos e fotos digitais. Eu tinha um bom domínio das técnicas de laboratório, mas é um processo muito lento. E com a digital não. Tiramos mil fotos e vemos no computador as mil fotos. Isso mudou radicalmente a minha postura em relação à fotografia. Hoje, trabalho com seqüências de imagens. No dia 22 de abril, abro uma exposição na Galeria Iberê Camargo, na Usina do Gasômetro, onde um dos trabalhos terá 400 fotos, em pequenas dimensões. Fico dias e dias fotografando a mesma coisa e trato dessa questão do tempo. Aos 39 anos, entrei em crise e vi que estava ficando velho. Fotografei uma planta do banheiro da minha casa, que crescia todos os dias. Vi que o tempo não pára na verdade, e a foto é quase como tentar congelar para ele parar de avançar. A foto digital é absolutamente veloz, mas o meu trabalho está sendo o inverso disso, muito demorado. Com as fotos, acompanhei 12 dias da vida de uma begônia plantada em um vaso e fiquei louco. Não acreditava que em 12 dias uma folha de begônia crescesse nessa rapidez. Tudo que eu faço há dois anos é dentro da minha casa. Não busco absolutamente mais nenhuma informação que não esteja dentro da minha casa. Isso é muito doido.

IHU On-Line- É como descobrir um universo na intimidade da sua casa...

Leandro Selister- Eu descobri um tempo dentro do tempo e estou explorando esse tempo que é meu, do meu cotidiano. Um dos trabalhos que estará na Usina é sobre um casal de sabiás, que começou a construir um ninho na janela da minha casa e teve um filhote. Fiquei quase três meses fotografando. O que vai estar na Usina são 400 fotografias de 680 fotos. Será exposto em linha, em pequenas reproduções, para as pessoas irem caminhando e acompanhando toda a história.

IHU On-Line - Você trabalha com a questão da identidade...

Leandro Selister- Eu me dou conta de que, desde que trabalhei com auto-retrato, passando pelo trem, estou falando mesmo é de um cotidiano, ora geral, como no caso do trem, ou muito particular.

IHU On-Line- Aquilo do trem eram fotos que você fazia do...

Leandro Selister- Eu fiz foto digital, depois no photoshop eu só recortava o que eu queria. Na série do Trensurb, eu congelava as cenas, eram quase vultos que ficavam ali...

IHU On-Line- Como a questão da identidade surgiu no seu trabalho?

Leandro Selister- Em 2000, fiz um trabalho chamado justamente *Identidade*, em que colocava uma série de fotos minhas em caixinhas de CD. O público depositava fotos do tipo três por quatro numa urna ao lado. Então, eu mesclava essas fotos com as minhas imagens no fundo. A minha foto continuava atrás e eu imprimia as fotos no adesivo transparente e colava na frente. E aí fazia a junção das imagens. Esse trabalho marcou uma mudança, inclusive, em relação à fotografia. Antes desse trabalho, a fotografia para mim era uma coisa que não podia ter manipulação, tinha de ser em preto-e-branco e tinha de ser analógica, ou seja, cópias perfeitas e maravilhosas de laboratório. Nesse trabalho, nem fotografei, porque tanto a minha foto como as fotos do público eram do tipo três por quatro. Mudou a forma do trabalho, o conceito, eu me apropriava de fotografias. Foi aí que eu comprei a câmera digital, comecei a mudar tudo. Em outros trabalhos, eu usava sempre a minha imagem, usando e destruindo, mas nunca entregando-a totalmente.

IHU On-Line- Sempre há o problema da relação entre o público e o privado?

Leandro Selister- Eu sempre quero que o público participe de alguma forma, contribuindo com algumas imagens ou com as intervenções que causem estranheza nos seus percursos. Eu pego o meu privado, que é a minha casa, que são as minhas coisas, e levo para o público, quer dizer, quase como se eu quisesse compartilhar uma coisa que é muito íntima.

IHU On-Line- Por que misturar a própria imagem com a de outras pessoas?

Leandro Selister- Aí é que está. Eu tinha um medo enorme nesse trabalho de que não preenchessem as caixas e ficasse só o meu rosto lá. Na verdade, no momento que preenche, existe uma mescla de identidades. Eu acabo aniquilando as duas, tanto a minha como a do público. E, para o público participar, tem de ter uma vontade de se exhibir, no bom sentido, né. Nesses trabalhos, em que eu usei o auto-retrato, havia um questionamento, de autoconhecimento. Não existia outro assunto que me interessasse, a não ser eu mesmo. Sempre, mesmo usando a minha imagem, havia a intenção de aniquilar com a realidade dela. Nada poderia me interessar a não ser eu mesmo, não para o exibicionismo, mas para eu me entender como artista. Nesses trabalhos, extrapolei os limites de fotografia. Usei suportes novos que até então eu não usava, que iam contra o que eu acreditava antes.

IHU On-Line- Não estava mais em conta o trabalho artesanal, mas sobretudo uma elaboração de ordem conceitual, de planejamento de uma proposta em relação à condição da arte em nosso tempo?

Leandro Selister- A questão técnica não é o que me interessa muito. Talvez seja essa a diferença entre fotógrafos e artistas plásticos que trabalham com a fotografia. O técnico, para mim, aquela obsessão pela cópia do prata, de escalas de cinza, do preto absoluto ao branco, passando por todos os cinzas, que eu até já tive, hoje não me interessa mais. O que me interessa é a idéia final, o trabalho como conceito e como proposta.

IHU On-Line- Quais tipos de atividades você tem desenvolvido atualmente?

Leandro Selister- Bom, o meu trabalho com arte é basicamente fotografia. Eu trabalho e moro no mesmo lugar, onde faço *design* gráfico, sinalização, *banners*, essas coisas.

IHU On-Line- E o site artewebbrasil?

Leandro Selister- Mantenho o site artewebbrasil há quatro anos. Faço também por paixão, apesar de o site ter sido aprovado pela Lei de Incentivo à Cultura, não consegui patrocínio de jeito nenhum. Tem uma média de 2500 visitas por mês. Acabou sendo uma referência, com textos de vários lugares do Brasil. Qualquer exposição de artista que queira fazer a divulgação no site a gente não cobra nada, só pede em troca a impressão do nosso logotipo no material gráfico de divulgação das exposições. O que eu quero, agora, é que ele vire um lugar de discussão sobre arte, que debata, por exemplo, a polêmica sobre o Museu de Arte Contemporânea (MAC), instalado no Cais do Porto.

A “SEGURANÇA DA CELA” E O RISCO DA LIBERDADE**Entrevista com Vera Stringuini**

*Vera Stringuini é médica, especialista em psiquiatria pela UFRGS. Atualmente, além de trabalhar em consultório, é coordenadora da Saúde Mental, na Secretaria da Saúde do Estado. Ela foi convidada pelo artista Leandro Selister para fazer a conferência de abertura do **Humanitas Arte** que será apresentado pelo artista sob o nome de Consciência a partir de hoje, segunda-feira, dia 5 de abril. O folder do evento apresenta*

uma foto de Vera, aos 23 anos, no momento em que estava sendo fichada pelo governo militar para uma prisão que duraria quatro anos. **IHU On-Line** conversou com Vera Stringuini sobre esses anos de prisão e as lições que ela pode dar 40 anos depois do golpe militar.

IHU On-Line- O que diria às novas gerações 40 anos depois do Golpe Militar?

Vera Stringuini- Muitas vezes, eu ouço de pessoas, inclusive de jovens: “Era melhor em tempo de ditadura, não tinha tanto assalto, tanta insegurança, não havia riscos”. Essa diferenciação entre estar seguro e ser livre, esse conflito entre liberdade e segurança é uma coisa que me parece importantíssima discutir com as pessoas na contemporaneidade. Eu nunca estive tão segura em toda minha vida quanto no tempo em que estive na cela, ninguém ia me assaltar lá, esse é o preço da ditadura. A liberdade tem riscos. Ela entra na construção, lenta, verdadeira, genuína da cultura, porque só podemos aspirar a uma condição de liberdade que não seja na barbárie, se tivermos construído uma cultura, por isso há que construir a cultura. Hoje muitas pessoas pensam que a repressão é a solução para as drogas, que a polícia resolve tudo, que deve haver tortura. Por isso vale a pena falar do passado, na realidade estamos falando do presente. A prisão dá segurança e a liberdade tem seus riscos.

IHU On-Line- Qual era a situação vivida naquele dia de junho de 1970, dia em que foi tirada a foto de fichamento da prisão, que foi divulgada no folder do evento Humanitas Arte?

Vera Stringuini- Tinha 23 anos e aquela foto foi tirada em Recife, imediatamente depois de minha prisão. Eu fui presa lá. Eu sou gaúcha, era estudante de medicina, e como estava integrando o movimento estudantil, movimento que começou, a partir de 1968, a ser alvo de muita repressão, era procurada pela polícia. Muitas pessoas do movimento estudantil faziam parte de partidos organizados. No caso, eu participava de um movimento de implantação bolchevique trotskista da IV Internacional. Nós estávamos bem organizados nacional e internacionalmente. Havia um grupo aqui, no Rio Grande do Sul, outro grupo em São Paulo e estávamos tentando nos organizar no Nordeste: tínhamos um grupo em Recife e um em Fortaleza. Eu tinha viajado para a Bolívia, na tentativa de fazer contato com remanescentes de grupos trotskistas. Voltei ao Nordeste em 1970, passei um mês em Fortaleza, depois fui a Recife, sendo presa no dia seguinte depois da minha chegada. Já havia um trabalho policial de observação dos militantes de Recife. Isso foi em abril, mas a foto de minha prisão oficial data de 11 de junho de 1970. De abril a junho, praticamente eu não existia oficialmente. Essa forma de agir fazia parte do interrogatório. O interrogatório era feito à revelia dos marcos oficiais, porque podia acontecer a morte da pessoa durante esse percurso. Depois de passado o interrogatório, a pessoa era apresentada oficialmente e eram feitas essas fotos, entrando assim no sistema de informações como presa. De março a junho, eu era levada a casas alugadas pelo Dops, depois de feita a ficha e apresentada na delegacia militar. A partir daí, os maus tratos eram reduzidos e melhorava a situação do preso.

IHU On-Line- O tempo anterior ao fichamento era por excelência o tempo da tortura?

Vera Stringuini- Os militares tentavam obter as confissões de todas as maneiras. O nosso grupo, na verdade, não foi muito torturado. Em primeiro lugar, porque caiu inteiro e quiçá porque não tínhamos envolvimento com as forças armadas. As nossas opções eram mais políticas de participação em assembleias movimentos de base, sindicatos, movimentos acadêmicos, etc. O que acontecia era a crueldade gratuita que se distribuía por sermos simples opositores do governo, o que criava uma raiva, mas diferente da raiva dos grandes torturados que eu presenciei. Pessoas escandalosamente machucadas.

IHU On-Line-O que acontecia depois do fichamento?

Vera Stringuini- Depois do fichamento, começou o processo, fui para o julgamento e depois para a Colônia Penal das Irmãs do Bom Pastor, em Recife. Lá o regime era muito diferente. Tanto as freiras de lá quanto Dom Helder Câmara seguiam outras normas. Havia também ONGs de padres americanos que cuidavam de presos políticos. Ali não éramos atingidos pela polícia. Todos nos deram muito apoio. A Igreja Católica teve figuras singulares como Dom Helder Câmara, Dom Evaristo Arns¹, e outros que tiveram uma extraordinária função. Eles salvaram inúmeras vidas de pessoas. Na medida do possível, não apenas denunciavam a tortura, davam também uma assistência de todo tipo e de toda hora, inclusive financeira, farmacológica, familiar, promoviam a comunicação com a família, forneciam livros, quebra-cabeças, brinquedos. A Igreja Católica foi uma das poucas instituições que ousou desafiar o regime. Tanto que lá em Recife mataram padres que trabalhavam com Dom Helder², claro, não podiam matar Dom Helder, porque seria um escândalo internacional.

IHU On-Line- Quais foram os cargos imputados no julgamento?

Vera Stringuini- Condenada a quatro anos por participação em partidos clandestinos, ações subversivas e tentativas de derrubar o regime. Tudo isso era crime durante a ditadura.

IHU On-Line- O que aconteceu depois de sair de Recife?

Vera Stringuini- Fiquei dois anos em Recife com todos esses cuidados. Depois vim para Porto Alegre e aqui as condições de presídio eram completamente diferentes. Também estava sob o cuidado de freiras, mas elas não tomavam conhecimento. As orientações de Dom Helder eram bem diferentes das de Dom Vicente Sherer, arcebispo de Porto Alegre. Estive um ano em uma cela solitária. As condições eram degradantes, desumanas, eram celas de castigo. Celas permanentemente fechadas, a luz sempre acesa (nós tínhamos que escolher se era sempre desligada ou sempre acesa, preferimos a segunda para poder ler, mas era um sofrimento). Não tínhamos água nem onde fazer as necessidades fora àqueles horários estipulados. Éramos quatro, cada uma fechada numa cela por um ano. Abriam meia hora por dia, nos corríamos para pegar sol, tomar banho, lavar as coisas. Tínhamos direito a visita só de pai e mãe. Eu tinha um filho que uma vez por mês deixavam entrar. Depois, com muito esforço, conseguimos que a luz fosse desligada de noite, não estávamos mais tolerando. Eu não sei se essas celas ainda existem, vale a pena conferir eram no Madre Peletier, embaixo do pátio, em Porto Alegre.

IHU On-Line- Quais eram os mecanismos de sobrevivência usados em condições tão desumanas?

Vera Stringuini- Gritávamos nas celas para falar com as outras e líamos. Hoje em dia, as pessoas se admiram com minha cultura literária, e eu sei o que ela custou. Li obras clássicas de todo tipo, vida de santos que as freiras tinham, outros livros que nos forneciam os centros acadêmicos com os quais entrávamos em contato através de nossa família. Sempre tem suporte social, é interessante como a gente não fica completamente abandonada nunca. Algo que me preocupa muito é que hoje continua havendo presos, eles têm as mesmas

¹ Neste número publicamos uma entrevista de D. Paulo Evaristo Arns. Confira.

² Um dos padres que foi assassinado pela repressão foi Antônio Henrique Pereira Neto, aos 29 anos. Ele era assistente do grupo de Recife da Juventude Estudantil Católica (JEC). O prof. Dr. Hilário Dick, pesquisador do IHU, escreveu, com Marinalva Angélica da Silva, um livro sobre a vida dele, sob o título *O mártir da juventude – Padre Antônio Henrique Pereira Neto*. (São Paulo: Paulinas, 1985).

necessidades de apoio que nós tínhamos e são principalmente pessoas pobres. A ditadura terminou, mas há presos que vivem nas mesmas situações em que nós vivíamos.

IHU On-Line- Como foi a liberdade?

Vera Stringuini- O impacto da liberdade, conversando com outros amigos que passaram mais anos que eu presos, mas que tiveram a mesma experiência é muito grande. Ao sair sempre se tinha medo de ser capturado por grupos paramilitares de extermínio. Quando saíamos, chamávamos a família e bastante gente para sair com um grande grupo e não ser morto. Depois vem esse impacto da liberdade. Três anos de ausência: a cidade é diferente, as roupas mudaram, as gírias mudaram. Era a sensação de que ia enlouquecer com o barulho. Fiquei muito tempo com muito medo de grandes encontros, tomei gosto por estar sozinha. É que na cela me acostumei, tinha dois caminhos, ou me adaptava, ou enlouquecia.

O último ano da pena foi em liberdade condicional, porque existia a possibilidade de as comissões de carreiras das faculdades impedirem ou autorizarem a volta de um preso a seu curso, através da liberdade condicional. A comissão de carreira da Faculdade de Medicina autorizou minha liberdade e continuei os estudos de medicina. A comissão aceitou minha volta apesar de a ditadura ter aquele poder imenso sobre a sociedade. Existiam pequenos movimentos, empatias, acolhidas... Havia frestas através das quais a sociedade respirava...

II Ciclo de Estudos sobre o Brasil

Dando seqüência à primeira edição do Ciclo de Estudos sobre o Brasil, realizado no ano de 2003, o Instituto Humanitas Unisinos lançou no dia 1º de abril de 2004 o *II Ciclo de estudos sobre o Brasil*, numa promoção conjunta com as Ciências Humanas e com o apoio das Ciências da Comunicação e Ciências Econômicas da Unisinos. A professora Dr.^a Eliane Fleck, do PPG em História da Unisinos, foi a responsável pela condução da primeira sessão do evento, com a apresentação do livro ***O abolicionismo***, de Joaquim Nabuco. O *II Ciclo de estudos sobre o Brasil* objetiva estudar, de maneira interdisciplinar, alguns textos clássicos que analisam a formação histórica, social, econômica, política e cultural do Brasil visando, a médio prazo, a constituir um grupo de estudos avançados sobre a realidade brasileira. O evento é dividido em dois módulos. Com exceção da última sessão do Ciclo, toda a programação acontece na sala 1G119 do IHU, das 14h às 17h.

Ecos do evento

“A abordagem da professora Eliane dá uma visão interessante da questão da escravidão apresentada por Joaquim Nabuco. O autor dá a transparência de que a escravidão trouxe regresso ao Brasil, mostrando que a luta pelo abolicionismo foi, na verdade, uma luta pelo progresso da sociedade brasileira. Conhecer a história do Brasil é importante para trabalhar com o povo de hoje”.

Dilceu Witzke, aluno do curso de Teologia na Escola Superior de Teologia (EST), de São Leopoldo.

“Achei muito interessante a explanação da professora sob o ponto de vista da trajetória de Joaquim Nabuco e da retrospectiva histórica ao retratar a escravidão no Brasil. É válido

participar de eventos como esse, pelo aprendizado e pela cultura que adquirimos. Meu curso não está muito relacionado com esse tema, mas aprender sobre nossa história é importante”.

Raquel Monteiro, aluna do curso de Relações Públicas da Unisinos.

“Avalio esse evento de forma positiva. Através da apresentação do livro, a professora fez uma retrospectiva da história do Brasil no final do século XIX. Achei interessante essa ponte entre a temática do livro, o trabalho de Joaquim Nabuco e as tensões políticas do período”.

Oneide Bobsin, professor na Escola Superior de Teologia (EST) de São Leopoldo.

Acompanhe a programação do primeiro módulo do evento:

Livro: *Sobrados e mucambos*, de Gilberto Freyre

Prof. Dr. Mário Maestri – Professor na UPF

Data: 15 de abril

Debate sobre a constituição de um Núcleo de Estudos sobre O Brasil

Prof.^a Dr.^a Berenice Corsetti – Professora na Unisinos

Data: 06 de maio

Livro: *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro

Prof.^a Dr.^a Helga Landgraf Piccolo – Professora na UFRGS

Data: 20 de maio

Livro: *Vidas secas*, de Graciliano Ramos

Prof.^a MS Célia Dóris Becker – Professora na Unisinos

Data: 17 de junho

Estudando as Religiões I = O Espiritismo Kardecista

O Instituto Humanitas Unisinos, através do Programa Gestando o Diálogo Inter-Religioso e o Ecumenismo (GDIREC), está promovendo o evento Estudando as Religiões I = O Espiritismo Kardecista a ser realizado na próxima quarta-feira, dia 7 de abril de 2004, das 17h às 18h30min, na sala 1G119 do IHU.

Coordenado pelo Prof. Dr. José Ivo Follmann e por Adevanir Pinheiro, o evento busca possibilitar a formação conjunta dialogada e participativa de acadêmicos, comunidades e lideranças de diferentes religiões ou opções religiosas atuantes na Região Metropolitana de Porto Alegre. Entre os tópicos que serão abordados no único encontro estão a história do Espiritismo Kardecista e alguns aspectos específicos a aprofundar quanto ao Espiritismo Kardecista hoje. Ao final será dado espaço para a troca de idéias dos participantes com o ministrante Irmão Antonio Cazzuni Dias, do Circulo Espírita Francisco de Assis (CEFA), de São Leopoldo. O evento é gratuito e dirige-se a líderes religiosos, professores do Ensino Religioso, acadêmicos da Unisinos e em geral, e participantes de comunidades.

IHU REPÓRTER



Erno Wallauer

Freqüentador assíduo de vários eventos promovidos pelo Instituto Humanitas Unisinos e leitor fiel do IHU On-Line, o professor das Ciências Humanas da Unisinos Erno Wallauer mostra que sabe valorizar o que a vida lhe ofereceu. Amante da natureza e de seu trabalho, ele conta na entrevista a seguir os caminhos percorridos até hoje, enriquecido pela experiência de ser pai, avô e amigo de seus alunos.

Origens - Nasci em 29 de março de 1946, na localidade de Canta Galo, em Paverama, um município do interior do Estado que, na época, pertencia a Taquari. Meus pais eram agricultores, e eu cresci naquele ambiente rural, de lida com animais e plantas, com a natureza. Eu vivia no potreiro, no mato, na roça até aos domingos. Isso marcou minha alma e trago esse gosto pelo campo até hoje. Talvez por isso não tive tanto contato social como seria desejável para o meu trabalho hoje, mas também tiro muitos valores dessa vivência e experiência no ambiente rural. Principalmente no que se refere hoje ao destaque que se dá ao campo ecológico, à valorização da natureza.

Formação – Iniciei minha formação escolar em Sant’Ana, localidade vizinha de Paverama, onde cursei o primário, como era chamado o ensino fundamental na época. Era uma escola comunitária, mantida pelos pais dos alunos. Os professores eram filhos de colonos que não gostavam do trabalho na lavoura e procuraram outra ocupação, não tendo muita formação. Eu nem saberia dizer com qual método de alfabetização aprendi a ler. Eu manifestei o desejo de ser professor, e meus pais me colocaram na Escola Normal Evangélica, em 1960, aqui em São Leopoldo, quando eu tinha 14 anos. Era uma escola com internato, o primeiro seminário evangélico de formação de professores aqui do Rio Grande do Sul. Os católicos tinham um em Novo Hamburgo. Fiquei 5 anos no internato e me formei como professor de ensino primário, no chamado “normal de primeiro ciclo”, sendo que somente o “normal de segundo ciclo”, que cursei mais tarde, em Ivoti, era equivalente ao segundo grau, ou ensino médio hoje. Fiz meu estágio em 1965, aqui na Comunidade de São Leopoldo, no Instituto Rio Branco. Em 1969, iniciei o curso de Teologia na Faculdade de Teologia, aqui em São Leopoldo, que hoje é a Escola Superior em Teologia (EST). Paralelo a este curso, fiz Filosofia na Fundação Universidade de Bagé. Era um curso com pouca freqüência em sala de aula; trabalhávamos muito com literatura indicada, pesquisa e elaboração de trabalhos. Fiz muitos trabalhos nessa época. Formei-me em Filosofia em 1972 e em Teologia em 1974. Em 1979, recebi uma bolsa de estudos para estudar na Alemanha, no estado de Hamburgo. Lá fiz mestrado em Teologia e voltei para o Brasil no começo de 1985. Fiz em seguida um curso de especialização na Feevale, para inteirar-me da realidade brasileira depois de tantos anos fora.

Experiência marcante - Uma experiência que me marcou muito foi um dia, na escola primária, meu primeiro professor ter precisado sair mais cedo e ter me deixado encarregado de fechar a escola. Eu fiquei com os alunos que eram meus colegas. Nunca mais esqueci desse fato e acredito que deve ter contribuído para a escolha da minha profissão. Naquela época, isso não

era problema. Os alunos eram muito obedientes e submissos, não eram tão agitados e inquietos como hoje.

Trajetória profissional – Tive meio ano de experiência como professor em Não-Me-Toque, num internato. Não gostei muito, porque senti falta da liberdade de ensinar, o que aquela escola interna não oferecia. Os alunos estavam muito “presos”. Depois de formado nas duas graduações dei aula durante 5 anos em Ivoti, na Escola Normal Evangélica onde eu tinha estudado. Atuei nas disciplinas de Filosofia, Sociologia, Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política Brasileira e matérias teológicas, como História Eclesiástica, Teologia Sistemática e Introdução à Bíblia. Em 1985, voltei a Não-Me-Toque, atendendo serviços de ordem religiosa na paróquia da cidade. Depois de dois anos e meio nessa atividade, voltei a trabalhar como professor na escola em Ivoti. Em 1989, fiz um concurso e entrei como professor aqui na Unisinos, onde estou até hoje.

Família – Casei em 1972 com Nair. Conhecemo-nos em Ivoti, na Escola Normal Evangélica, onde ela também era aluna. Naquela época, nós namoramos, mas de forma bem distanciada, não havia essa intimidade que há hoje entre os namorados. Temos uma fotografia em que estamos sentados lado a lado, com uma considerável distância, e estávamos namorando! Sempre tive vontade de mostrar isso para meus alunos e comparar com uma foto do namoro deles aqui na Unisinos. Tudo para exemplificar como a moral, os costumes e a mentalidade das pessoas muda com o tempo. Temos dois filhos. A Berenice tem 28 anos, estuda Psicologia aqui na Unisinos, trabalha no Hospital de Clínicas em Porto Alegre, e já me deu dois netos: o Bruno Eduardo e a Vitória. Meu segundo filho, o Carlos Alberto, tem 25 anos e está fazendo estágio em Panambi, pela Unisinos, em Engenharia de Alimentos.

Autores – Ernest Hemingway e Viktor Frankl.

Livros – *Em busca de sentido*, de Viktor Frankl, e *A última grande lição*, de Mitch Albom.

Filme – *Ben Hur*, de William Wyler.

Nas horas livres – Trabalhar no computador, escrever textos, passear, viajar, conhecer novos lugares, descobrir o que há de interessante e diferente em estradas por onde nunca passei. Gosto de ir para lugares retirados, longe do barulho. Ruídos e movimento de coisas e pessoas eu tenho diariamente.

Um presente – Uma câmera fotográfica digital.

Uma paixão – Meu trabalho, onde pretendo sempre ser bem sucedido e onde me realizo.

Um grande sonho – Eu gostaria de ver meus filhos e netos bem encaminhados na vida. Também não gostaria de ser incômodo para ninguém na velhice.

Unisinos – Gosto de trabalhar aqui, sempre fui respeitado e considerado como pessoa. É um ambiente humano, embora ultimamente tenha se observado uma visão mais individualista. Mas ainda existe abertura, paciência e compreensão. É uma instituição muito importante, com um peso regional, estadual e nacional considerável. A Unisinos tem desafios à sua frente, como tornar o ensino mais adequado aos desafios da época em que vivemos, o que já está se vendo.

As novas medidas que estão sendo tomadas buscam justamente essa inserção na realidade. Só no futuro saberemos se as decisões de hoje foram corretas.

IHU – Gosto muito do trabalho realizado pelo IHU, tanto que venho seguidamente aos encontros promovidos e sempre leio o **IHU On-Line**. As palestras oferecidas são de conteúdo muito bom, ampliam horizontes, oferecem um ambiente de discussão e de intercâmbio de idéias. O IHU contribui para dinamizar o ambiente universitário.

Sala de Leitura



“Assim como descobrimos aspectos desconhecidos em cada novo contato com pessoas, também acontece na releitura de livros. Meu velho **São Bernardo**, de Graciliano Ramos (Livraria Martins Editora, 1961, 218 páginas), comprado em um sebo, em 1974, a cada reencontro nosso, deixa novas marcas, novas lições. Paulo Honório, o narrador e protagonista do livro, com seu materialismo, sua brutalidade, sua falta de escrúpulos, sua incapacidade de amar (tudo isso ressaltado pelas características antagônicas de sua esposa, Madalena), faz-nos refletir sobre o que realmente importa em nossa vida. Na minha, por exemplo, ler ou reler bons livros como **São Bernardo** vale a pena!”

Prof. Esp. Heinrich Hans Christoph Krause, das Ciências da Comunicação da Unisinos.



“Ao contrário do que se constata nas empresas de comunicação brasileiras, que estão em retração, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), controladora da Rede Record, adquiriu, recentemente, o canal 67 de televisão, em Atlanta, uma das emissoras de TV filiadas à Telemundo, voltada à comunidade hispânica dos Estados Unidos. A Universal é uma igreja midiática e deve, em parte, sua expansão ao uso que faz da rádio e da televisão. Para melhor entender esse segmento religioso, estou envolvido na leitura de **Neopentecostais - sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**, de Ricardo Mariano (Edições Loyola, 1999, 246 páginas). O autor traça um histórico das igrejas neopentecostais, explica a teologia da prosperidade e enfoca a liberalização dos usos e costumes de santidade pentecostal”.

Prof. MS Edelberto Behs, das Ciências da Comunicação da Unisinos e coordenador do curso de Jornalismo.

Cartas do Leitor

Caros amigos

Acabei de receber sua revista e escrevo-lhe para agradecer. Esta excelente, não só minha entrevista mas todo o número. Li com muito interesse e acho que conseguiram dar uma idéia da diversidade de idéias em torno do tema. Mais uma vez muito obrigada, e bom trabalho!

Abraços

Helena Hirata.

(Socióloga e pesquisadora, referindo-se à 91ª edição de **IHU On-Line**, de 8 de março de 2004).

“Cá estou de volta ao lar, muito, mas MUITO feliz por ter conhecido todos vocês do IHU e da Unisinos. Quero dizer que vocês são especiais, especialíssimos!!! A amabilidade, a amizade e o amor com que me receberam nunca serão esquecidos e, a cada escuta da S. Mateus, vocês estarão comigo!

Muito obrigada por tudo, do fundo do coração!”

Yara Borges Caznok, professora da Unesp.

Enquete no sítio do IHU

O sítio do Instituto Humanitas Unisinos (www.ihu.unisinos.br), além de atualizar diariamente informações sobre assuntos do interesse da sociedade e da academia, semanalmente faz uma enquete. Trata-se de um espaço interativo no qual é colocado um assunto que tenha a ver com os fatos da semana ou os temas debatidos no boletim **IHU On-Line**. Acompanhe os resultados da última enquete e dê sua opinião no debate da próxima semana.

Pergunta: Na semana do 40º aniversário do golpe militar, em sua opinião:

- O golpe militar de 1964 foi um golpe preventivo, ou seja, tanto a direita quanto a esquerda eram golpistas - 23.80%
- O golpe militar de 1964 foi um golpe de estado de direita, sem mais nem menos - 57.14%
- A esquerda, em 1964, também sonhava em dar o golpe, no momento oportuno, mas foi surpreendida pela direita - 19.04%

EXPEDIENTE:

IHU On-Line é uma publicação semanal do Instituto Humanitas Unisinos – IHU –, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Coordenador do IHU: Prof. Dr. Inácio Neutzling (inacio@bage.unisinos.br). Coordenadora Adjunta: Profª MS Vera Regina Schmitz (verasc@poa.unisinos.br). Redação: Inácio Neutzling, Sonia Montaño (soniam@bage.unisinos.br), Pedro Luiz S. Osório (osorio@bage.unisinos.br) Mtb 4579, e Graziela Wolfart (graziela@poa.unisinos.br). Revisão: Profª Mardilé Friedrich Fabre (mardile@centauro.unisinos.br). Consultoria: Agência Experimental de Comunicação (AgexCom). IHU On-Line circula às 2ªs feiras via e-mail e pode ser acessado no sítio www.ihu.unisinos.br. Sua versão impressa circula na Unisinos. Endereço: Av. Unisinos, 950 – São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: ihuinfo@poa.unisinos.br. Fone: 51 5903333 – Ramais 4121 ou 4128. E-mail do IHU: humanitas@poa.unisinos.br. Ramais: 1173 e 1195.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS